

Teresa Nachau Fernandes Firmino

**O Microcrédito como Ferramenta de Geração de
Rendimento para os Microempreendedores: uma análise
aplicada ao caso português**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa
2016**

Teresa Nachau Fernandes Firmino

O Microcrédito como Ferramenta de Geração de Rendimento para os Microempreendedores: uma análise aplicada ao caso português

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 28 de Outubro de 2015, perante o júri, nomeado pelo despacho de nomeação 306/2015, de 30 de Junho de 2015, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Ana Cristina Freitas Brasão

Amador

Arguente: Professora Doutora Maria José Palma Lampreia dos Santos (IPL)

Orientadora: Professora Doutora Luísa Margarida Cagica Carvalho

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa
2016**

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à Deus por iluminar os meus caminhos.

Aos meus pais e irmãos que têm sido um grande apoio na minha vida.

A Professora Doutora Luísa Cagica Carvalho, que mesmo muito ocupada esteve sempre disponível para corrigir e orientar.

A todos professores do curso, pelos conhecimentos transmitidos e apoio prestado.

Aos meus colegas de curso e amigos, pelo apoio e ajuda para chegarmos ao fim dessa jornada.

Ao meu novo amigo António Pires, que me pois em contacto com a senhora Marta Mucha e esta por sua vez ao senhor José Centeio, Secretário-Geral da ANDC, aquém dedico especial agradecimento pela colaboração e disponibilidade demonstrada.

Por fim, agradeço a ANDC pela disponibilização dos dados e que sem eles não seria possível a conclusão desse grande projeto.

Resumo

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa aplicada ao microcrédito, onde o estudo de caso analisa a ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito). Esta investigação teve como objetivo principal compreender como é que a disponibilização do microcrédito contribui para alavancagem dos negócios dos microempreendedores portugueses.

Este estudo divide-se em duas partes fundamentais, a primeira parte inclui uma revisão de literatura que pretende fazer o estado de arte sobre este tópico. A segunda parte, apresenta a metodologia de estudo e a parte empírica que se debruçou sobre o caso da ANDC. Os resultados desta investigação sugerem que o microcrédito pode promover melhorias reais na vida das pessoas, ao fornecer recursos para iniciarem pequenos negócios, porém este processo não é fácil, pois a ANDC atua como intermediário entre os empreendedores e os bancos e nem sempre a filosofia inicial deste tipo de crédito é totalmente respeitada o que gera problemas e insucesso em termos de sustentabilidade deste micronegócios no longo prazo.

Palavras-chave: Microcrédito, micronegócios, microempreendedores.

Abstract

This research is the result of a study applied to microcredit, where the case study analyzes ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito). This research aimed to understand how the availability of microcredit supports micro business promoted by Portuguese microentrepreneurs.

This study is divided into two main parts, the first part includes a literature review that aims to make the state of the art on this topic. The second part presents the methodology and the empirical study. The results of this research suggest that microcredit can promote real improvements in people's lives by providing resources to start small businesses, but this process is not easy. ANDC acts as an intermediary between entrepreneurs and banks and not always the initial philosophy is respected. Some problems and failures could compromise the sustainability of microbusinesses in long term.

Keywords: Microcredit, microbusinesses, microentrepreneurs.

Abreviaturas

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito.

CAE Rev.3 – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3.

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

CGD – Caixa Geral de Depósitos.

EIF – Fundo de Investimento Europeu.

EU-SILC – Inquérito às condições de vida e rendimento (INE).

GB – Grameen Bank.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor.

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.

IMFs – Instituições de Microfinanças.

NB – Novo Banco.

NUT II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social.

PNM – Plano Nacional de Microcrédito.

SGM – Sociedade de Garantia Mútua.

TAEG – Taxa Anual Efetiva Global.

UE – União Europeia.

USAID – Agência de Cooperação Americana.

Índice

Índice	
Introdução	10
Capítulo 1 - Revisão de literatura	13
1.1 – Conceito de microcrédito	13
1.1.1 – Metodologia de concessão do microcrédito	14
1.1.2 – Diferenças entre o crédito e o microcrédito	15
1.2 – Evolução do microcrédito no mundo	17
1.2.1 – Microcrédito o contributo de Muhammed Yunus	18
1.2.2 – Dados do microcrédito no mundo	19
1.3 – Microcrédito como um instrumento de desenvolvimento	
Economico	20
1.4 – Microcrédito na Europa	24
1.5 – Microcrédito em Portugal	26
1.6 – Relação do microcrédito e o empreendedorismo	
por necessidade	28
1.6.1 – Motivação para o empreendedorismo	30
1.7 – Políticas públicas portuguesas relacionadas com	
o microcrédito	30
Capítulo 2 - Estudo empírico	33
2.1 – Metodologia	33
2.2 - Estudo de caso	34
2.2.1 – Programa de microcrédito da ANDC	34
2.3 – Recolha de dados	38
2.4 – Análise dos resultados	39
2.4.1 - Perfil dos beneficiários	42
2.4.2 – Projetos creditados	45
2.4.3 – Análise de dados de ex-microempresários da ANDC	51

2.4.3.1 – Negócios encerrados	51
2.4.3.2 – Negócios ativos de ex-beneficiários da ANDC	52
2.4.3.3 – Impacto do microcrédito para ex-beneficiários	52
2.5 – Validação das proposições e discussão dos resultados	53
Conclusão	56
Bibliografia	59
Anexos	
Anexo I	I

Lista de tabelas

Tabela 1: Diferenças entre o sistema financeiro tradicional e o microcrédito	16
Tabela 2: Distribuição geográfica do microcrédito no mundo.	19
Tabela 3: Microfinanças no mundo.	20
Tabela 4: Sumário das condições de microcrédito por Instituição Financeira	37
Tabela 5: Objetivos, proposições e guia genérico de entrevista	39
Tabela 6: Dados dos beneficiários (ANDC).	46
Tabela 7: Dados dos últimos dois anos (2013 e 2014)	49
Tabela 8 - Validação das proposições e ligação com a revisão de literatura	53

Lista de figuras

Figura 1: Taxa de risco de pobreza a condição perante o trabalho, Portugal, EU-SILC.	23
Figura 2: População em risco de pobreza ou exclusão social, Portugal, EU-SILC (2011-2014).	24
Figura 3: Distribuição por género.	43
Figura 4: Distribuição por faixa etária.	44
Figura 5: Habilitações literárias.	44
Figura 6: Valores (euros) concedidos entre os anos 1999 à 2014.	47
Figura 7: Evolução dos créditos amortizados ANDC	48
Figura 8: Distribuição dos projetos ativos por NUT II.	50
Figura 9: Distribuição dos projetos ativos por CAE Rev. 3.	50

Introdução

Durante muitos anos o microcrédito foi entendido como um tipo especial de crédito que tem por objetivo ajudar os pobres a criarem os seus próprios meios de subsistência através da criação de pequenos negócios. Ainda que, a grande maioria das IMFs (Instituições de Microfinanças) deste tipo estejam localizadas essencialmente em países menos desenvolvidos, o microcrédito também tem sido usado como ferramenta de desenvolvimento local em áreas pobres de países mais ricos. Como tal, os programas de microcrédito têm chamado a atenção dos promotores de políticas públicas sendo considerados como um instrumento para atingir metas, tais como a melhoria do bem-estar social, o aumento de emprego e o desenvolvimento e crescimento dos pequenos negócios.

Observando as dificuldades dos pobres no acesso ao crédito devido à sua escassa capacidade de endividamento, Muhammad Yunus começou na década de 1970 a estudar formas de financiamento mais ajustadas aos mais pobres. Este, desenvolveu o modelo de microcrédito, o qual permitiu reduzir os custos de transação para o credor e remover algumas das assimetrias de informação que dificultavam os empréstimos.

As organizações sem fins lucrativos lideraram o caminho do desenvolvimento do microcrédito verificando-se que estas continuam a ter uma função vital quando se trata de levar os serviços financeiros aqueles que mais precisam.

A ideia de microcrédito como ferramenta poderosa na luta contra a pobreza teve grande impacto no meio académico, político e nos círculos internacionais de desenvolvimento, passando a prestar-se mais atenção às instituições de microfinanças. O microcrédito surge, assim, como uma alternativa promissora para levar empréstimos aos pobres e às microempresas. Nos primeiros anos do microcrédito acreditava-se que seria um caminho para o combate à pobreza e à exclusão social, tendo-se verificado uma rápida expansão ao longo dos anos. Os dados da *The Mix Market*¹ (2014), apontam para mais de

¹ *The Mix Market* – base de dados do microcrédito no mundo. Disponível em www.mixmarket.org.

94 milhões de beneficiários em todo mundo, representando um negócio de cerca de 94 mil milhões de dólares anuais.

A relação entre o microcrédito e o alívio da pobreza está longe de ser simples, mais pesquisas são necessárias para obter uma imagem mais precisa de como e de que forma o microcrédito afeta o rendimento ou a vida dos seus beneficiários.

Este estudo pode oferecer informações valiosas de como o microcrédito afeta o rendimento dos beneficiários e pode contribuir para o debate sobre o seu impacto na redução da pobreza e da exclusão social. O problema de estudo refere-se à compreensão de como o microcrédito afeta a vida e o rendimento dos beneficiários em Portugal e como é feito o acompanhamento dos projetos dos beneficiários.

Os objetivos do estudo concentram-se na análise da importância do microcrédito para o pequeno empreendedor português como mecanismo de alavancagem empresarial, analisar o impacto do microcrédito nas condições de vida dos beneficiários e perceber como o microcrédito contribui para a inclusão social.

O estudo faz uma abordagem qualitativa, por meio de entrevista (Anexo I) semiestruturada aplicada ao Secretario Geral da ANDC, com objetivo de dar resposta a um conjunto de questões que se concretizaram metodologicamente como proposições:

P1: O acesso ao microcrédito influencia positivamente o acesso dos beneficiários a recursos financeiros que alavancam a atividade microempresarial;

P2: O acesso ao microcrédito influencia positivamente os padrões socioeconómicos dos beneficiários;

P3: O acesso ao microcrédito influencia indiretamente o desenvolvimento local através da criação de emprego e de rendimento.

O trabalho é constituído por duas partes. A primeira parte apresenta a revisão da literatura sobre o conceito de microcrédito, metodologia de concessão de crédito, evolução do microcrédito no mundo, situação na Europa e em Portugal e quadro jurídico português de suporte a esta atividade. A segunda parte trata do estudo empírico, abordagem metodológica utilizada e recolha e tratamento dos dados. Seguem-se a conclusão, limitações e propostas para estudos futuros.

Capítulo 1

1. Revisão de literatura

1.1 Conceito de microcrédito

O microcrédito é o termo usado para designar empréstimos de pequenos valores, cujos limites variam de país para país. Este tipo de crédito está direcionado a um público restrito, definido por pessoas de baixo rendimento ou que não tenham acesso às formas tradicionais de crédito.

O microcrédito tem por objetivo apoiar o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, através de empréstimos a pessoas que não conseguem obter outro tipo de crédito junto das instituições, por força da sua reduzida capacidade de endividamento.

O microcrédito encontra-se necessariamente num contexto de microfinanças, sendo esta entendida como sendo prestações de serviços financeiros, tais como, poupanças, seguros ou transferências de dinheiro, providenciadas por instituições de microfinanças para indivíduos pobres ou pessoas que vivam com baixos rendimentos (Dantas, 2014).

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2008), microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros com foco na população com baixo rendimento, negligenciada pelo sistema financeiro tradicional, que engloba depósitos e empréstimos de pequeno valor, com gestão diferenciada, mas sem destino específico.

Nesta linha Neri (2008), define o microcrédito como uma atividade pertencente às microfinanças, voltado exclusivamente, para atender pessoas ou entidades jurídicas que sejam empreendedoras de pequena dimensão. Este tipo de empréstimo destaca-se como atividade principal das microfinanças devido à sua relevância para as políticas públicas na busca pela redução da pobreza, assim como a geração de trabalho e rendimento.

As instituições de microcrédito desempenham um papel de extrema importância na sociedade porque garantem a sobrevivência e o crescimento de micronegócios constituindo na maioria das vezes, a única fonte de crédito desses negócios (Cavalcante, 2002).

O microcrédito consiste na concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas que não tenham acesso ao sistema financeiro tradicional, por se tratar principalmente de pequenos montantes e os beneficiários não terem garantias reais. É um crédito destinado principalmente à produção (capital

circulante e investimento) e é concedido com uso de uma metodologia específica (Spoto, *et al.*, 2011).

Silveira Filho (2005), define o microcrédito como um programa de empréstimo simplificado, com o mínimo de burocracia e sem exigências de garantias reais. É necessário inicialmente que o negócio apresente potencial para desenvolver-se com um impulso inicial e que seja viável financeiramente. Além disso, o microcrédito é cumulativo, ou seja, ao fazer o primeiro empréstimo e pagá-lo o beneficiário estará habilitado a renovar por um valor maior e assim, sucessivamente, até que alcance patamares maiores.

Yunus e Jolis (2005) afirmam que por intermédio do microcrédito, possibilita-se o desenvolvimento económico e social com a mudança do *status* económico da população que vive a margem da sociedade.

Segundo Sem (1988, citado por Moura *et al.*, 2009), o microcrédito é uma das ferramentas económicas que ajuda a reduzir os riscos e a volatilidade do rendimento, porque prevê bases para consolidar as ativos físicas e financeiros. O microcrédito tem como foco o desenvolvimento de pequenos empreendedores e proprietários de pequenas unidades produtivas.

Deste modo, o microcrédito representa uma alternativa ao modelo padrão de concessão de crédito para as pessoas que estão fora do mercado formal e não têm acesso ao crédito tradicional, por não possuírem os requisitos exigidos pelos bancos.

1.1.1 Metodologia de concessão do microcrédito

As metodologias de concessão de microcrédito evoluíram ao longo do tempo de modo não linear. O conjunto de procedimentos abaixo mencionados foi desenvolvido através de processos de tentativa e erro. Como muitas experiências tiveram êxito em realizar créditos com altas taxas de retorno dos recursos emprestados, o conjunto mereceu ampla divulgação (Morduch, 1999):

- O tipo de garantias exigidas dos clientes, as instituições de microcrédito adotam garantias alternativas, como por exemplo o grupo solidário, formado po

beneficiários que voluntariamente se corresponsabilizam pelos créditos. Isso possibilita que pessoas com pouco ou nenhum património possam ter acesso ao crédito;

- Os pagamentos periódicos, com início do pagamento quase logo após a concessão do crédito, diferente dos contratos nos quais a devolução do capital é feita de uma vez no final. Essa inovação facilita o monitoramento pelo próprio grupo solidário e controlo do grupo e dos indivíduos pela instituição, o que resulta em altas taxas de devolução dos créditos.

- Outro aspeto comum destas experiências é a realização de empréstimos consecutivos em valores cada vez maiores, de acordo com a pontualidade do pagamento. Isso estimula os beneficiários à pontualidade, permite que aprendam a lidar com valores crescentes e ampliem os seus empreendimentos. Os valores são estabelecidos de acordo com as necessidades e capacidade de pagamento dos clientes, evitando-se dificuldades para a devolução do empréstimo.

- A personalização dos serviços por meio da atuação de agentes de crédito, o que inclui visita aos empreendimentos, levantamento de informações económicas familiares e do empreendimento e análise do crédito. Por meio de entrevistas com os clientes e visitas aos seus locais de trabalho, o agente de crédito consegue reduzir a assimetria de informação que distancia os bancos tradicionais deste conjunto de pessoas. A proximidade com os membros da comunidade em que estão inseridas também é aspeto típico do funcionamento destas instituições.

1.1.2 Diferenças entre o crédito e o microcrédito

A concessão deste tipo de empréstimo não se assemelha às operações de crédito tradicionais. A principal questão de diferencia o microcrédito de outros tipos de empréstimos é a forma de como ele é concedido e a metodologia usada no processo de adesão ao crédito (Valoura, 2012).

Apesar da existência de alguns princípios comuns, existem muitas formas de organização do microcrédito ao redor do mundo, em particular, os modelos aplicados na maioria dos países em desenvolvimento, são muito diferentes aos aplicados nos países desenvolvidos (Silveira Filho, 2005).

O microcrédito diferencia-se do crédito tradicional principalmente porque as instituições tradicionais visam o lucro através de operações com grandes montantes, exigem garantias reais, cobram juros para compensar os seus custos. O microcrédito é um dos serviços das microfinanças de concessão de crédito em pequeno valor, a população de baixo rendimento ou desempregada. É concedido na forma de capital circulante para aquisição de ativos (Santos, 2006).

Em suma, o princípio básico é atuar de forma diferente da convencional, sendo o microcrédito uma alternativa de financiamento aos menos favorecidos. Com adaptações locais, este modelo foi adotado em diversos países inclusive em Portugal (Valoura, 2012).

Tabela 1: Diferenças entre o sistema financeiro tradicional e o microcrédito

Área	Sistema financeiro tradicional	Microcrédito
Metodologia de concessão do empréstimo	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado em garantias; - Muita documentação formal; - Menos trabalho de campo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado nas características do cliente; - Documentação reduzida; - Mais trabalho de campo.
Empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> - Valores altos de empréstimos; - Menor volatilidade; - Menor volume de empréstimos; - Garantias colaterais; - Prazos longos de vencimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valores baixos de empréstimos; - Maior volatilidade; - Maior volume de empréstimos; - Sem garantias colaterais; - Prazos curtos de vencimento.
Caraterísticas das instituições	<ul style="list-style-type: none"> - Maximização do lucro; - Organizações centralizadas com agências predominantemente em áreas urbanas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria sem fins lucrativos; - Unidades descentralizadas em áreas com pouca infraestrutur.

Fonte: (Flori *et al*, 2002) citados por Santos (2006).

1.2 Evolução do microcrédito no mundo

A dificuldade de acesso por microempreendedores ao crédito e outros serviços financeiros, como poupança, seguros, etc., bem como as iniciativas para obtê-los não são temas novos. Conforme Helms (2006), pequenos grupos de poupanças e crédito informais existiram por séculos como forma alternativa de acesso ao crédito e poupança.

As cooperativas de crédito, estabelecidas na Alemanha e depois em países da Europa, América do Norte e países em desenvolvimento também visavam ampliar o acesso ao crédito. São organizações associativas nas quais os membros juntam-se para obter serviços financeiros como poupança, crédito e seguros. No início do século XX, as cooperativas de crédito disseminaram-se em áreas rurais da América Latina, e expandiram-se também para áreas urbanas (Helms, 2006).

Nas décadas de 1950 à 1980, os países em desenvolvimento instituíram a oferta de crédito subsidiado por instituições estatais, com ênfase ao meio rural, para reduzir a pobreza (Morduch, 1999). Para Morduch (1999) e Helms (2006), estas iniciativas foram marcadas por dificuldades de beneficiar as pessoas de baixo rendimento e também de sobreviver, uma vez que as taxas de inadimplência eram altas e os retornos não cobriam os custos das operações.

As pesquisas realizadas pelo professor Yunus na década de 1970 tiveram como consequência a fundação do *Grameen Bank* (GB), criado com o objetivo de pôr fim à pobreza. Em 1997, esse banco atingiu a marca de 2,4 bilhões de dólares com empréstimos realizados para o atendimento a mais de 2 milhões de pessoas, constitui uma das instituições mais conhecidas do mundo (Yunus, 2001).

O ocorrido na população de Bangladesh através do microcrédito, fez com que o modelo proposto pelo GB começasse a espalhar-se para o mundo todo. Como exemplo de grande representatividade sobre os programas de microcrédito do mundo tem-se os continentes asiático e o sul-americano. O *Unit Desa* do *Rakyat Bank* da Indonésia, é um deles, que funciona atualmente como uma extensa rede de pequenas unidades bancárias que atuam como centro de negócios voltados as pessoas de baixo rendimento (Spoto *et al.*, 2011).

A *Acción*, é outra importante organização desse setor, que oferece apoio a outros programas de microcrédito. Criada em 1961 para combater a pobreza na América Latina, ela é hoje uma das principais organizações do setor, com parceiros nos EUA e em África. Foi através do seu apoio que deu-se a formação do Banco Sol na Bolívia (Silveira, 2001 citado por Sposto *et al.*, 2011).

As instituições financeiras representam grandes aliadas para o futuro do microcrédito, pois o desenvolvimento deste setor não depende apenas de políticas propostas pelo governo e indicadores económicos. A evolução deste sector depende essencialmente da participação de empréstimos visionários e conscientes do seu papel relevante na sociedade, capazes de promover ações em prol não só do desenvolvimento económico do país, mas também em razão do desenvolvimento social da comunidade (Buffara citado por Sposto *et al.*, 2011).

1.2.1 Microcrédito o contributo de Muhammad Yunus

O exemplo de maior sucesso de microcrédito surge em 1976 na cidade de Chittgong em Bangladesh pelo professor Muhammad Yunus, modelo que ficou conhecido pelo mundo todo, tendo obtido mesmo o Prémio Nobel da Paz em 2006. Yunus criou em 1983 no Bangladesh o GB o qual atualmente concede microcrédito a milhões de famílias pobres.

O Prémio Nobel da Paz de 2006 foi atribuído ao economista Muhammad Yunus, de Bangladesh, e ao GB, devido aos esforços na criação de desenvolvimento económico e social através de projetos de microcrédito. Para alcançar-se uma paz duradoura é preciso que grandes faixas da população encontrem maneiras de erradicar a pobreza. O microcrédito representa uma dessas maneiras. O desenvolvimento a partir das bases também serve para fazer avançar a democracia e os direitos humanos (Noruega, 2006).

A filosofia do GB (Yunus, 2007), baseia-se no conceito inverso ao da banca tradicional, no qual só tem direito ao crédito aquele que oferece garantia ao banco. O modelo de Yunus, funda-se no princípio de não exigir quaisquer garantias bancárias (Pires, 2009).

1.2.2 Dados do microcrédito no mundo

À medida que o número de clientes atendidos aumenta, aumenta também o número de instituições criadas para ajuda-los. Desde a sua criação, o microcrédito espalhou-se por diferentes partes do mundo.

Atualmente os dados da *The Mix Market* (2014), apontam para a existência de mais mil instituições de microcrédito em todo mundo, representando um negócio de cerca de \$ 94 bilhões anuais para 94 milhões de beneficiários.

Na distribuição geográfica do microcrédito, a região da América Latina e Caribe aparece com maior percentagem de instituições de microfinanças (IMFs) (31%), para cerca de 19,3 milhões de beneficiários, com valores em empréstimos de 35,3 bilhões de dólares, a seguir com 25% de IMFs aparece a região do Sul da Ásia. Apesar de ter menos IMFs, aparece com o maior número de beneficiários, cerca de 50,4 milhões, com valores em empréstimos de 8,6 bilhões de dólares. A região do Médio Oriente e Norte de África é a que menos IMFs tem com cerca de 3%, com valores em empréstimos de cerca de 1,2 bilhões de dólares para 1,9 milhões de beneficiários.

Tabela 2: Distribuição geográfica do microcrédito no mundo.

Regiões empreendedorismo	Nº de IMFs ativas (%)	Nº de beneficiários (milhões)	Valores em dólares (bilhões) (\$)
África	23	7.4	7.9
Leste da Ásia e do Pacífico	12	12.8	34.6
Europa Oriental e Ásia Central	16	2.6	6.9
América Latina e Caribe	31	19.3	35.3
Médio Oriente e Norte de África	3	1.9	1.2
Sul da Ásia	25	50.4	8.6
Total		94.4	94.5

Fonte: Adaptado da *The Mix Market* (2014).

Com o maior número de IMFs, como viu na tabela acima, está a região da América Latina e Caribe (365), esta com custo de empréstimos de 160 dólares, com uma percentagem de incumprimento de 48. A Europa Oriental e Ásia Central com 185 IMFs, é a região com maior custo de empréstimos (240 dólares), com uma percentagem de incumprimento de 8, já o Sul da Ásia, com 183 IMFs, aparece sem registo de incumprimento.

Tabela 3: Microfinanças no mundo.

Regiões	Nº de IMFs Ativas	Custo do empréstimo (\$)	% de incumprimento
África	271	140	33
Leste da Ásia e do Pacífico	142	50	9
Europa Oriental e Ásia Central	185	240	8
América Latina e Caribe	365	160	48
Médio Oriente e Norte de África	35	80	2
Sul da Ásia	183	10	-

Fonte: Adaptado da *The Mix Market* (2014).

1.3 Microcrédito como um instrumento de desenvolvimento económico

Milhões de pessoas no mundo não têm acesso aos mercados financeiros. Metade da população mundial não tem contas para depositar as suas poupanças, não tem acesso a um plano de pensão, um seguro de vida ou qualquer outro tipo de seguro (Smith e Thurman, 2007 citado por Chirino e Zabaleta, 2012).

Gutierrez Nieto (2000), argumenta que as metas mais importantes do microcrédito é a luta contra a pobreza. De acordo com Karim e Osada (1998 citado por Gutierrez Nieto

2000), as políticas de desenvolvimento de cima para baixo não são suscetíveis de atingir as camadas mais pobres da sociedade, pelo menos no curto prazo, e a abordagem mais eficaz é a de baixo para cima, diretamente apoiando aos excluídos através do microcrédito. Segundo Carten Mansell citado por Padilha e Ulloa (2008), o acesso dos pobres aos serviços financeiros contribui para o seu bem-estar e no aproveitamento das oportunidades económicas disponíveis nesses setores.

Lacalle *et al.* (2010), apresentam cinco grupos de microcrédito que cobrem todas as áreas de intervenção em que o microcrédito tem sido desenvolvido com mais ou menos sucesso, em que cada um envolve uma metodologia particular. Esta é uma estratégia operacional e de autogestão para cada grupo. Esta classificação permite que cada ator de microfinanças opere de acordo com os seus interesses, sejam económicos ou profissionais, sem criar mais confusão. Os cinco grupos são:

- Microcrédito contra a pobreza extrema;
- Microcrédito para o desenvolvimento;
- Microcrédito para inclusão;
- Microcrédito para empreender; □ Microcrédito para o emprego.

O microcrédito a surgir fora do ciclo da pobreza para milhões de pessoas muito pobres, traz a teoria do ciclo vicioso da pobreza, enunciado pelo economista Ragnar Nurkse (1907 à 1959), que afirma que as pessoas mais pobres estão enalhadas em um beco sem saída. Segundo ele, os pobres que não têm capacidades de poupança e investimento, gastam o seu rendimento inteiramente no consumo, o que limita as possibilidades de aumentar a seu rendimento futuro. A única maneira de interromper este ciclo é por injeção de capital externo (Lacalle *et al.*, 2010).

Muitas regiões do mundo ainda estão na armadilha do círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento. Ao analisar o desempenho do sistema pode ser observado que há três círculos – culturais, demográficos e económico-financeiros que estão interligados e se alimentam entre si (Perossa e Marinaro, 2014).

O círculo vicioso da cultura, a falta de formação das pessoas e a inadequada cultura social impedem o desenvolvimento, e o subdesenvolvimento impede a propagação da cultura. O círculo vicioso demográfico, as altas taxas de natalidade, e a superpopulação causa a pobreza e a pobreza impede o controlo da natalidade. O círculo vicioso

económico-financeiro, os baixos salários, baixa a produtividade do trabalho o que impede o crescimento do rendimento do trabalho.

Assim, considerando-se o problema da exclusão de uma outra perspetiva, que se refere à perda de rendimento, ou em sentido mais amplo, pode-se entender a exclusão como uma desigualdade em várias dimensões (embora a exclusão do mercado de trabalho tende a ter um efeito múltiplo em outras áreas: económica, social, política, e cultural entre outras). Assim a utilização ótima do microcrédito permite enfrentar a exclusão, sem reduzir a sua complexidade (Amaiz, 2010).

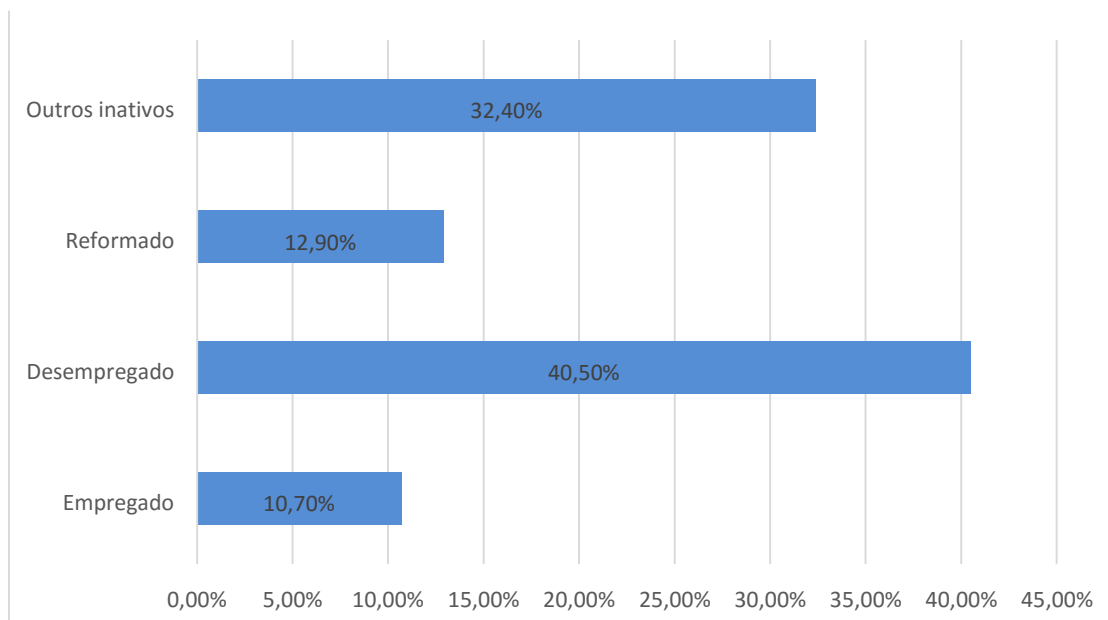
Em Portugal, o inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2014, às condições de vida e rendimento (EU-SILC²), aponta para um aumento do número de pessoas em risco de pobreza em 2013, situando-se em 19,5%, um aumento de cerca de 18,7% em relação ao ano de 2012.

Este aumento verificou-se em todos grupos etários, sendo os menores de 18 anos, o grupo mais crítico, com mais casos, passando de 24,4% em 2012 à 25,6 em 2013. A presença de crianças num agregado está associado ao aumento do risco de pobreza, com 23% para as famílias com crianças dependentes e de 15,8% para as famílias sem crianças dependentes.

A percentagem de risco de pobreza para a população empregada em 2013 foi de 10,7%, dos desempregados de 40,5%, reformados 12,9% e outros inativos 32,4%, ver figura 1.

² EU-SILC – Inquérito às condições de vida e rendimento.

Figura 1: Taxa de risco de pobreza e condição perante o trabalho, Portugal, EUSILC.

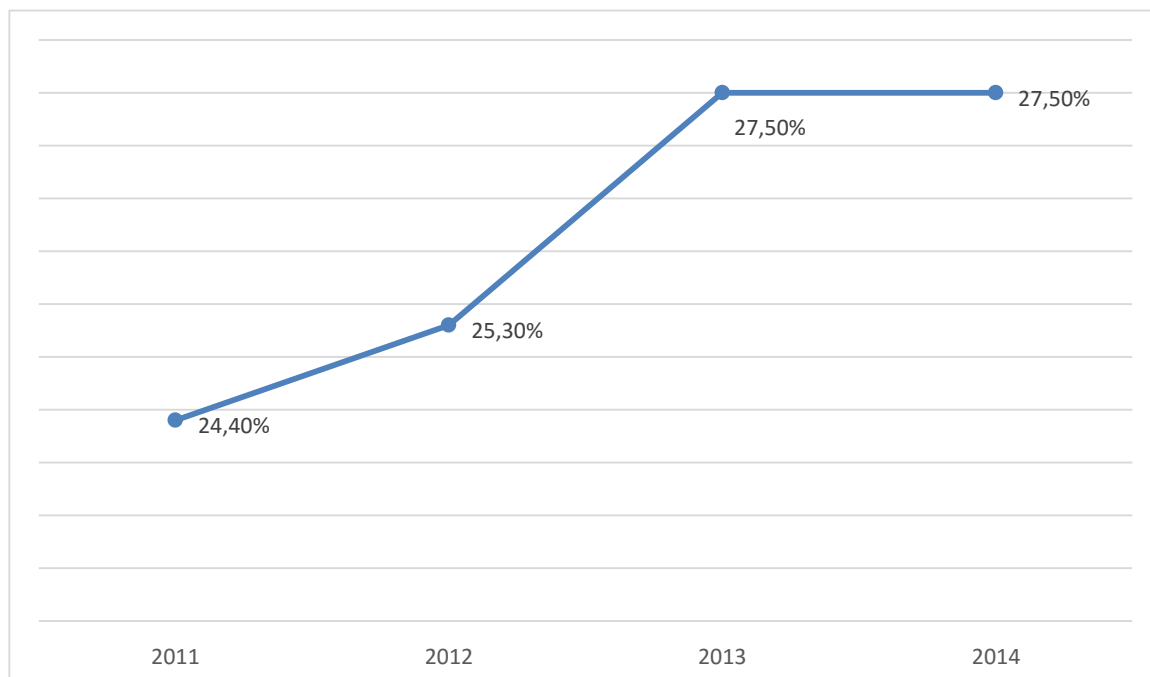


Fonte: Adaptado do INE (2014).

A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na EU em pelo menos 20 milhões até 2020 (INE, 2014).

O inquérito mostra também a percentagem da população em risco de pobreza e exclusão social ao longo dos últimos quatro anos. A figura 2, apresenta a variação da população em risco de pobreza entre os anos 2011 e 2013 (24,4% à 27,5%), verificando-se que no ano 2013 à 2014 não houve alteração, fixando-se em 27,5%.

Figura 2: População em risco de pobreza ou de exclusão social, Portugal, EU-SILC (2011-2014).



Fonte: INE (2014).

1.4 Microcrédito na Europa

Nos países europeus os mercados financeiros respondem, às necessidades financeiras da maioria da população, sendo reconhecido que existem falhas de provisão ao nível micro, na medida em que os bancos comerciais associam este tipo de produto a um elevado risco de incumprimento e a altos custos operacionais (Evers *et al.*, 2007).

O setor de microcrédito e das microfinanças procura resolver estas falhas, servindo aqueles que são excluídos pela banca tradicional. Os principais clientes são pessoas desempregadas e socialmente excluídas que procuram criar o seu próprio emprego, e embora este seja um mercado reduzido quando comparado com o mercado convencional de crédito ao setor empresarial, poderá ser um importante nicho de mercado na Europa (Evers *et al.*, 2007).

O grande impulso para o microcrédito na Europa só veio no início do novo século. O microcrédito na Europa assume características diferentes conforme as realidades nacionais.

Os programas de microcrédito são na sua maioria financiados pelo Banco Mundial e pela Agência de Cooperação Americana (USAID). O desenvolvimento, afirmação e visibilidade do microcrédito nos últimos anos na Europa, levou a várias iniciativas de instâncias comunitárias, em particular da Comissão e do Parlamento Europeu, que enquadravam-se na estratégia de Lisboa, a qual visava promover o crescimento, o emprego e a coesão social (Ahmed, 2009).

As mudanças institucionais introduzidas na União Europeia (EU) a partir de 2000, nomeadamente a adoção do Método Aberto de Coordenação, abriram oportunidades para um maior envolvimento de agentes não-governamentais no processo de decisão política, contribuindo decisivamente para o posicionamento atual das microfinanças no quadro da agenda europeia (Unterberg, 2009, citado por Afonso, 2011).

Em 2006, a Comissão Europeia convidou os Estados-membros a tomar as medidas necessárias para que a legislação nacional encorajasse a concessão de microcréditos no montante até € 25.000, maior simplicidade dos processos, utilização de métodos de avaliação de crédito não convencionais e da não exigência de garantias reais. Em novembro de 2007, a Comissão lançou a iniciativa Europeia do microcrédito em apoio ao crescimento e ao emprego que comporta quatro níveis principais de promoção do microcrédito (Comissão das Comunidades Europeias, 2007):

- Melhoramento do quadro jurídico e institucional com o objetivo de criar condições que facilitem o desenvolvimento do setor;
- Criação de um clima favorável ao espírito do empreendedorismo;
- Encorajar a difusão e a disseminação das boas práticas; - O *apport* de capital financeiro para o setor.

O Progresso Europeu de Facilidade de Microfinanças (Progresso Microfinanças) é uma iniciativa da UE que facilita o acesso a microfinanças para pessoas que queiram começar ou desenvolver o próprio negócio, mas têm dificuldades em aceder a empréstimos tradicionais.

O Progresso Microfinanças aponta aumentar o acesso ao crédito para financiar microempresários, inclusive autónomos. Tem como foco, mas não é restrigido, grupos

com acesso limitado ao mercado de crédito convencional. Por exemplo, incluem empresários femininos, jovens, grupos minoritários, empresários com inaptidão, comerciantes individuais, etc. Prevê empréstimos até 25 000 euros e aponta gerar um volume de empréstimo total de 500 milhões para 46 000 microempresários pela Europa até 2019 (European Union, 2012).

O Fundo de Investimento Europeu (EIF) administra o Progresso Microfinanças em nome da Comissão Europeia e do Banco de Investimento Europeu, selecionando os provedores de microcrédito. Os provedores de microcrédito podem ser bancos privados ou públicos ou instituições de microfinanças (setor não bancário) que operem a nível nacional, regional ou local (European Union, 2012).

Com a entrada dos novos Estados na UE, o microcrédito ganhou um papel de maior relevo devido ao grande aumento da sua procura por parte de populações com elevado grau de exclusão financeira dos novos Estados-Membros. Os empréstimos de microcrédito, entre 2006 e 2007, cresceram em média 32% na Europa, sendo a maior taxa de crescimento registada em Espanha (154%) e na Europa do Leste com um crescimento anual de 67% nos últimos anos (Ahmed, 2009).

O modelo social da Europa do Sul tem-se caracterizado pelo estabelecimento de parcerias entre os sectores público e privado, com o intuito de colmatar as lacunas e incapacidades estatais em responder os riscos sociais das sociedades contemporâneas. No caso português, o Estado tenta compensar a falha de capacidades para dar resposta às questões sociais através do recurso a parcerias com instituições privadas da sociedade civil, que constituem o terceiro sector (Silva, 2012).

1.5 Microcrédito em Portugal

A criação em 1998 da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) foi o marco histórico do arranque do microcrédito em Portugal. A criação e desenvolvimento da ANDC só foi possível com o apoio do Estado através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

As organizações sem fins lucrativos atuam como facilitadores de crédito e prestam assistência durante o período de reembolso do empréstimo.

O autoemprego é um dos principais objetivos do microcrédito português, característica compartilhada por outras IMFs em países da Europa Ocidental (Relatório da Comissão Europeia, 2003 e 2007).

No âmbito do microcrédito, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito. Este programa destina-se a facilitar o acesso ao crédito a pessoas com especiais dificuldades de integração no mercado de trabalho, que estejam em risco de exclusão social e possuam uma ideia de negócio viável.

É dada prioridade aos candidatos que têm idade compreendida entre os 16 e os 34 anos e sejam desempregados inscritos no centro de emprego há pelo menos quatro meses. Os empréstimos concedidos neste programa são reembolsados em 60 meses e incluem um período de carência de 24 meses.

É necessário que as operações de microcrédito tenham como finalidade o financiamento de uma atividade empresarial que os clientes queiram iniciar ou expandir e que essa atividade tenha condições para criar ou manter postos de trabalho de forma sustentável, nomeadamente o do próprio microempresário.

O Programa Nacional de Microcrédito é uma linha de crédito bonificada. A taxa de juro máxima suportada pelo empreendedor no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito é de 3,5% ao ano. O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) suporta a totalidade dos juros do empréstimo durante o primeiro ano e 2,25% da taxa de juro no segundo e terceiro anos.

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) é responsável pela coordenação e acompanhamento do Programa Nacional de Microcrédito. O Programa Nacional de Microcrédito foi criado no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES).

A instituição de crédito é escolhida pelo empreendedor entre o conjunto de instituições protocoladas ao abrigo do Programa Nacional de Microcrédito.

As instituições de microcrédito comercializam igualmente produtos de microcrédito fora do âmbito do Programa Nacional de Microcrédito. Aquando do processo de negociação de um produto de microcrédito o empreendedor deverá procurar clarificar as condições do produto proposto pela instituição de crédito e a sua inclusão ou não no âmbito da linha bonificada do Programa Nacional de Microcrédito.

O microcrédito pode também servir para financiar atividades que capacitem o microempresário. Por exemplo, o microcrédito pode servir para pagar a formação de que o futuro microempresário necessite para o exercício da atividade empresarial que quer desenvolver.

Uma das características do microcrédito é o fato da instituição que decide conceder o financiamento, além de avaliar a viabilidade do negócio e de disponibilizar o dinheiro, ter obrigação de ajudar o cliente na preparação e implementação do projeto, e depois de iniciado, ir acompanhando a gestão e execução do projeto.

O microcrédito pode ser concedido até um montante máximo de 25 000 euros. No âmbito do Plano Nacional de Microcrédito, o montante máximo que pode ser concedido a cada cliente é de 20 000 euros.

1.6 Relação do microcrédito e o empreendedorismo por necessidade

O empreendedorismo pode ser motivado pela percepção de uma oportunidade de negócio ou por necessidade, no momento em que o indivíduo não tem alternativa de trabalho ou está insatisfeito com o seu emprego e busca por algo novo.

Segundo as pesquisas realizadas pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2009) o empreendedorismo por oportunidade tem superado o empreendedorismo por necessidade, com as mulheres a assumirem destaque nesse processo.

Dolabela (2012) refere que um dos principais atributos do empreendedor é o de identificar oportunidades, agarrá-las e buscar recursos para transformá-las como um negócio lucrativo (Dantas, 2014).

O empreendedorismo alimenta-se de oportunidades, porém, é comum confundir-se uma ideia com oportunidade e assim surge mais uma empresa. Segundo Dolabela (1999b, p. 4), citado por Ruppenthal e Cimadon (2012), boas ideias não são necessariamente oportunidades e não saber distinguir umas das outras é uma das grandes causas de insucesso.

Não há unanimidade sobre a definição de empreendedorismo como uma área de estudos ou como uma atividade com o qual as pessoas se ocupem (Ruppenthal e Cimadon, 2012).

Os empreendedores bem-sucedidos surgem de um conjunto de eventos, nem sempre percebidos, decorrentes de oportunidades, resultantes de mudanças tecnológicas, políticas, sociais e demográficas que geram potencial para criação de novos negócios (Baron e Shane, 2007).

A exploração dessas oportunidades requer capacidades como a inteligência, que é a principal competência do empreendedor, que emerge a partir de três conceitos: a formação de novas ideias, a criatividade e a capacidade de reconhecer oportunidades (Ruppenthal e Cimadon, 2012).

O reconhecimento de oportunidades é considerado uma das etapas iniciais do processo e ocorre na sequência de eventos envolvendo novas ideias. O reconhecimento de oportunidades passa pelo acesso e adequada utilização das informações, e que as pessoas, por possuírem características individuais diferenciadas, obtêm e utilizam as informações de maneira diferente (Baron e Shane, 2007).

Diversos autores consideram que o empreendedor deve ter como características: criatividade, inovação, iniciativa, autonomia, experiência, assumir riscos, desejo de independência, *know-how*, coragem, motivação. Considerando estas como algumas das principais características do empreendedor (Dornelas, 2001; Crespan, et al., 2009; Gelderem, 2000; Costigam, et al., 2006; Ângelo, 2003; Drucker, 2003; Knudson et al., 2004; Schumpeter, 1982; Bhide, 2001, citados por Vicenzi e Bulgacov 2012).

1.6.1 Motivação para o empreendedorismo

O empreendedorismo pode ser motivado pela necessidade ou por oportunidade. Por oportunidade quando se investe em um novo negócio a fim de aproveitar uma circunstância favorável percebida no mercado. Por necessidade é consequência da criação de um negócio pela falta de alternativa satisfatória de trabalho (GEM, 2009).

O conhecimento prévio ajuda no reconhecimento de oportunidades e na tomada de decisões. Bernardi (2003), aponta como fator motivador a necessidade de realização, desejo de independência, fuga da rotina profissional, maior responsabilidade e riscos, maior possibilidade de ganho financeiro, *status* e controlo sobre a qualidade de vida. Há cada vez mais organizações que buscam profissionais com perfil empreendedor por trazerem ideias inovadoras e serem responsáveis pelas mudanças. O empreendedor tem um perfil de liderança que lhe permite obter êxito nas suas atividades (Vicenzi e Bulgacov, 2012).

1.7 Políticas públicas portuguesas relacionadas com o microcrédito

O microcrédito devido às suas características específicas é visto como um arranjo contratual que viabiliza o acesso ao crédito aos micro e pequenos empreendedores.

Como em outros países europeus, as autoridades públicas portuguesas desenvolveram e implementaram uma série de instrumentos destinados a favorecer o desenvolvimento empresarial.

O XVIII Programa do Governo Constitucional reconhece o importante papel que as instituições do terceiro setor desempenham para a promoção da economia, do emprego, do desenvolvimento local, da inclusão e coesão social. Assim, é no seguimento do reconhecido da importância de reforçar o papel desempenhado pelas instituições da economia social na promoção das políticas sociais que se criem um conjunto de programas de apoio a estas instituições, entre as quais o PADES, que integra, para além de uma linha de crédito bonificado a estas instituições, o Programa Nacional de Microcrédito (PNM), que visa estimular o empreendedorismo, a criação de emprego e a

economia, através da facilitação do acesso ao crédito e da disponibilização de apoio técnico à criação de negócio (Resolução do Concelho de Ministros nº 16/2010).

No que concerne ao PNM, criado pela Resolução de Concelho de Ministros nº 16/2010 de 4 de março, este consubstancia-se num crédito ao investimento de baixo valor (o valor máximo é de 25 000 euros), concedido por instituições de crédito e sociedades financeiras de microcrédito, com taxa de juro bonificada e garantia mutua, destinado ao público desfavorecido, particularmente a desempregados, que pretendam criar seu próprio emprego, mas não tenham acesso ao crédito na banca tradicional. Portanto, o PNM visa fomentar o emprego e o empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades e inserção no mercado de trabalho (Silva 2012).

O Decreto-lei nº 12/2010, de 19 de fevereiro que cria as sociedades financeiras de microcrédito, prevê a possibilidade de serem instituídas entidades especificamente vocacionadas para o microcrédito e microfinanças, alargando o acesso à atividade de concessão de microcrédito a instituições que não exercem atualmente atividade financeira, mas que poderão integrar esta atividade no âmbito dos seus fins económicos e sociais.

A Portaria nº 1315/2010, de 28 de dezembro, estabelece o montante máximo dos microcréditos possíveis de serem concedidos pelas sociedades financeiras de microcrédito na quantia de 25 000 euros por mutuário. Ademais, delibera que estas entidades têm dupla função, de avaliar e assegurar o acompanhamento e assessoria destes negócios, nas etapas de preparação, criação e gestão dos mesmos.

A promulgação da Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro, veio introduzir alterações à Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, ao colocar alinhada de MICROINVEST ao serviço da PNM e ao reforçar o limite máximo de financiamento desta linha de crédito para 20 000 euros.

Capítulo 2

2. Estudo empírico

2.1 Metodologia

Este trabalho utilizara a metodologia qualitativa de estudo de caso pelo seu caráter exploratório. Para esse efeito foram recolhidos dados primários através de entrevista e dados secundários recolhidos através de análise documental recolhidos através da ANDC para o intervalo temporal de 1999 a 2014.

Segundo Yin (2001), os estudos de caso representam a estratégia preferencial quando se colocam questões do tipo “como” e “por quê”, ou seja, quando o pesquisador tem pouco controlo sobre os eventos e no seu foco se encontram em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. A estratégia de pesquisa qualitativa enfatiza palavras em vez de números, a fim de obter conhecimento sobre o mundo social (Bryman, 2004, citado por Nickelsen, 2014).

Como o objetivo deste estudo foi o de entender como a disponibilização do microcrédito alavanca os micronegócios dos seus beneficiários, este tipo de metodologia é a mais adequada pois permite recolher informação sobre as experiências subjetivas dos agentes de microcrédito.

Berg e Lune (2012), citado por Nickelsen, (2014), definem pesquisa qualitativa como uma tentativa de obter e entender “significados, conceitos, definições, características, metáforas, símbolos e descrição das coisas” que são fundamentais para os objetivos e as perguntas desta pesquisa.

Com base na revisão de literatura foram delineadas as seguintes proposições do estudo:

P1: O acesso ao microcrédito influencia positivamente o acesso dos beneficiários a recursos financeiros que alavancam a atividade microempresarial;

P2: O acesso ao microcrédito influencia positivamente os padrões socioeconómicos dos beneficiários;

P3: O acesso ao microcrédito influencia indiretamente o desenvolvimento local através da criação de emprego e de rendimento.

2.2 Estudo de caso

2.2.1 Programa de microcrédito da ANDC

A ANDC é uma instituição civil, sem fins lucrativos que atua em Portugal desde Dezembro de 1998, cuja atividade é inteiramente dedicada ao microcrédito.

O estado subsidia grande parte dos custos de estrutura da ANDC e coordena com a associação as atividades de divulgação do microcrédito junto de grupos-alvo, desempregados em particular, através dos centros de emprego, e o encaminhamento para a associação dos candidatos com o perfil adequado, e por fim a Banca comercial, que disponibiliza os fundos necessários para os projetos selecionados através de linhas de créditos protocoladas com a ANDC. Este modelo apresenta uma fragilidade crucial a qual pode criar alguns entraves, por ter forte dependência do subsídio estatal para o funcionamento da associação (Ahmed, 2009).

A ANDC não pode conceder empréstimos diretos porque a lei bancária nacional não o permite, o que faz com que a associação funcione como intermediário social e financeiro, por isso, celebrou diversos protocolos com várias instituições bancárias, que por sua vez financiam os projetos aprovados pela ANDC, como é o caso do Millennium BCP; da Caixa Geral de Depósitos (CGD); do Novo Banco; da CCAM Noroeste – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste; e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro.

O microcrédito da ANDC destina-se fundamentalmente a desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e trabalhadores em regime precário.

O processo de crédito passa por várias fases (ANDC 2014):

- Arranque e acompanhamento;
- Obtenção do crédito;
- Análise em comissão de crédito;
- Instrução de candidatura análise de viabilidade;
- Identificação de candidatos.

O processo de concessão do crédito tem em média a duração de três meses, com valores do empréstimo a variarem de 1 000 à 20 000 euros, a taxa de juros abaixo de 5%. Depois de selecionados os candidatos, os beneficiários são acompanhados gratuitamente por agentes especialistas até ao reembolso total.

Mesmo após a entrada de novas instituições e bancos comerciais na prática do microcrédito, a produção científica continua a ser reduzida. Os principais estudos realizados têm sido promovidos a nível institucional, sendo o mais recente realizado pela ANDC.

As instituições financeiras parceiras da ANDC também têm os seus próprios programas de microcrédito. De seguida, apresenta-se um sumário dos programas de microcrédito de algumas das parceiras (esta escolha baseou-se na possibilidade de acesso a dados e sua comparabilidade). O microcrédito Millennium BCP foi criado em 2005 com o objetivo de permitir que pessoas excluídas do sistema bancário possam criar o seu próprio posto de trabalho. Este empréstimo destina-se a desempregados, microempresas, reformados, imigrantes, estudantes e domesticas que tenham ideia de negócio economicamente viável e perfil empreendedor.

O Banco coloca dois produtos de crédito à disposição dos clientes, o crédito individual ou em grupo. Os empréstimos concedidos atingem até um máximo de 25 000 euros para prazos de 48 meses se o montante for inferior a 7 000 euros e até 60 meses se o montante for superior a 7 000 euros. A taxa de juro varia de acordo com a natureza, projeto e o perfil do candidato, já a taxa de juro ao crédito ao consumo, disponível em 27 de Maio de 2015, situava-se em 14,3% (TAEG)³ para um financiamento de 7 500 euros a 84 meses.

O programa de microcrédito do Novo Banco (NB) foi criado em 2009 com o objetivo de combater a exclusão social e estimular o empreendedorismo. Destina-se a desempregados, empregados por conta de outrem que pretendam iniciar um negócio próprio, novos residentes, artesões e microempresários. Os montantes variam entre 250 a 12 500 euros com taxa de juro fixa equivalente a *Euribor*⁴ 6% a 3 meses, com prazos de 3 a 48 meses. As garantias exigidas são sob a forma de livrança subscrita.

A taxa de juro aplicada ao crédito ao consumo, disponível em 27 de Maio de 2015, era de 13,1% (TAEG) para montantes entre 2 000 a 30 000 euros até 84 meses.

3 TAEG (Taxa Anual Efetiva Global) – Custo total de um crédito ao consumidor.

4 *Euribor (European Interbank Offered Rate)* – taxa de juro dos empréstimos interbancários sem garantia da zona euro.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) designa o seu programa de microcrédito como linha Microinvest e Invest +, que funciona em parceria com IEFP, criado em 2009, que se destina aos desempregados inscritos nos centros de emprego, jovens a procura do primeiro emprego com idades entre os 18 e os 35 anos e trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal seja inferior à retribuição mensal.

Na vertente do Microinvest o financiamento atinge os 20 000 euros, com garantia SGM de 100% e na vertente do Invest + os montantes variam de 20 000 a 100 000 euros com garantia SGM de 75%. O prazo das operações ao abrigo do protocolo estabelecido entre a CGD e IEFP é de 84 meses, sendo 24 meses de carência de capital e 60 meses de amortizações a taxa de juro bonificada⁵.

A taxa de juro aplicada ao crédito ao consumo é uma taxa de juro indexada ao *Euribor* acrescida de *Spread*⁶, disponível em 27 de Maio de 2015, era de 10,1% (TAEG) com valores mínimos de 5 000 euros.

O microcrédito Montepio foi criado em 2006, o banco adotou apenas a estratégia de parceria com entidades do setor social e linhas protocoladas de financiamento, sem no entanto criar os seus programas independentes. A Tabela 4, apresenta um sumário das diferenças registadas através da análise direta dos *websites* ou via informação recolhida nos balcões das principais instituições financeiras que oferecem programas de microcrédito. Esta tabela, permite verificar existem condições diversas no acesso e condições de financiamento ao microcrédito, verificando-se que, por vezes, este tipo de crédito não diverge muito do crédito vulgar ao consumo, indo contra a filosofia deste tipo de empréstimo. Tentou-se uma recolha de dados mais exaustiva junto destas instituições, porém a resposta a esse pedido foi morosa ou mesmo negativa à obtenção de dados mais completos ou mesmo da avaliação da perceção das mesmas perante este tipo de crédito e perfil dos beneficiários.

5 Taxa de juro bonificada – Taxa de juro sofre redução relativa ao valor em vigor, sendo essa redução geralmente suportada pelo Estado.

6 Spread – Componente da taxa de juro definida pelo banco.

Tabela 4: Sumário das condições de microcrédito por Instituição Financeira

Condições de microcrédito	Millennium BCP	Caixa Geral de Depósitos	Novo Banco
Montantes	Até 25 000 euros	Até 20 000 euros	De 250 a 12 500 euros
Taxa de juro anual	Variável	Taxa de juro bonificada 60 meses	Euribor 3m + 6%
Prazos	48 a 60 meses		3 a 48 meses
Carência	_____	24 meses	Até 6 meses
Garantias do cliente	Fiador	SGM de 100%	Livrança subscrita

Fonte: Elaboração própria.

O crédito é escasso e caro em Portugal, isto deveria estimular a expansão do microcrédito, no entanto o que se vê é uma atuação tímida por parte das instituições que operam neste mercado. Aparentemente há um super dimensionamento do mercado potencial, há muitos microempreendedores, porém, uma grande parte não está interessada em obter créditos ou porque não precisam ou porque não querem assumir os riscos de expansão.

A falta de emprego leva muitos indivíduos a constituir microempreendimentos capazes de criar rendimento para as suas famílias. Os seus titulares no entanto, não são empreendedores movidos por oportunidade, simplesmente procuram uma fonte de rendimento capaz de substituir o emprego inexistente.

2.3 Recolha de dados

A escolha deste caso justifica-se por duas razões fundamentais, para além da sua adequação em termos metodológicos, nomeadamente: analisar o impacto do microcrédito nas condições de vida dos beneficiários e a contribuição para a sua inclusão social e perceber como é feito o acompanhamento aos beneficiários.

A unidade de análise escolhida neste caso, foi a ANDC, descrita acima, que é uma associação cuja atividade é inteiramente dedicada ao microcrédito.

Byrman (2004) citado por Nickelsen (2014), observa que os casos são muitas vezes escolhidos não porque eles são incomuns ou extremos, mas porque estes irão fornecer um contexto adequado para determinadas questões de pesquisa serem respondidas. O objetivo deste estudo não é o de generalizar os resultados para um contexto alargado, mas o de entender o funcionamento do microcrédito dentro deste contexto específico e nesta área geográfica. Este estudo foi de natureza exploratória. De facto, o essencial na teoria fundamentada é a interação contínua entre os dados recolhidos, análise e a geração da teoria (Bryman, 2004, citado por Nickelsen, 2014).

Mesmo sendo um caso específico, o desenvolvimento deste estudo de caso no que concerne à recolha de dados enfrentou algumas dificuldades não previstas na sua fase de planeamento, nomeadamente a impossibilidade de acesso a dados primários dos beneficiários. Para ultrapassar, esta limitação aplicou-se uma entrevista ao Secretário Geral da ANDC e procedeu-se à recolha de dados secundários, parte dos quais foram disponibilizados diretamente por esta associação.

A entrevista presencial (Anexo I) ocorreu nas instalações da ANDC no dia 25 de fevereiro de 2015, e teve por objetivo perceber o funcionamento, a organização, os desafios, os objetivos, as limitações e fontes de financiamento da ANDC. Os dados secundários referentes aos beneficiários foram consultados documentalmente, através de informação disponibilizada pela ANDC e informação recolhida através de outras fontes. Considera-se que a coleta de dados para os estudos de caso se pode basear em muitas fontes de evidências. Yin (2001), apresenta seis fontes importantes: documentação, registos em arquivos, observação direta, observação participativa, artefactos físicos e entrevistas.

2.4 Análise dos resultados

Os dados obtidos por entrevista direta e observação de dados secundários serão analisados nesta secção. A entrevista recolheu informação direta da questão 1 à 21 (ver Anexo I), a restante informação foi obtida através da análise dos dados secundários providenciados pela ANDC. As questões da entrevista foram preparadas com base na revisão de literatura e no sentido obter informação que cumprisse os objetivos da pesquisa e validasse as proposições do estudo. A Tabela 5, apresenta o cruzamento entre os objetivos deste estudo, as proposições e as questões gerais efetuadas (o desenvolvimento destas questões pode ser consultada no guião da entrevista disponível no anexo I).

Tabela 5: Objetivos, proposições e guia genérico de entrevista

Objetivos	Proposição	Questões gerais
Compreender a importância do microcrédito para o microempreendedor como mecanismo de alavancagem empresarial	P1: O acesso ao microcrédito influencia positivamente o acesso dos beneficiários a recursos financeiros que alavancam a atividade microempresarial.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os produtos oferecidos pela ANDC (Q3); - Quantas vezes se pode recorrer ao microcrédito (Q5); - Tempo de concessão do empréstimo (Q7); - Acompanhamento dos beneficiários (Q8); - Taxas de juro aplicadas (Q12); - De quem é ideia do negócio (Q14);

		- Aplicação do capital investido (Q25).
Analisar o impacto do microcrédito nas condições de vida dos beneficiários	P2: O acesso ao microcrédito influencia positivamente os padrões socioeconómicos dos beneficiários.	- Eficácia do microcrédito (Q1); - Áreas de atividades dos beneficiários (Q9); - Localização geográfica (Q10); - Dificuldades no reembolso (Q13); - Relacionamento com os beneficiários (Q17); - Fontes de rendimento dos beneficiários (Q26); - Utilização do lucro (Q27).

<p>Perceber como o microcrédito contribui para a inclusão social dos beneficiários.</p>	<p>P3: O acesso ao microcrédito influencia indiretamente o desenvolvimento local através da criação de emprego e rendimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Independência financeira da ANDC (Q2); - Influência do microcrédito na vida dos beneficiários (Q4); - Divulgação da ANDC (Q6); - Fatores de insucesso dos negócios (Q11); - Fontes de financiamento da ANDC (Q15); - Parcerias da ANDC
		<ul style="list-style-type: none"> (Q16); - Expansão da ANDC (Q18); - Desafios da ANDC (Q19); - Sucessos da ANDC (Q20); - Limites da ANDC (Q21).

Fonte: Elaboração própria.

A análise qualitativa dos resultados permitiu aferir que o objetivo dos empréstimos é essencialmente para a abertura do próprio negócio e/ ou manutenção de negócios existentes. Para entender o funcionamento da ANDC, é essencial compreender o tipo de negócio dos microempreendedores. Conhecer o cliente é fundamental para proporcionar um melhor atendimento e para oferecer serviços adequados ao perfil do cliente.

A ANDC tem os seus serviços focados nos beneficiários, ajudando-os na administração dos seus empréstimos de forma produtiva e responsável. A gestão adequada do empréstimo do microcrédito é importante, e a ANDC dedica uma considerável quantidade de tempo para acompanhar os seus beneficiários, pois muitas vezes, é neste aspeto que o acesso aos recursos falha no cumprimento dos seus objetivos.

A ANDC dispõe de recursos humanos qualificados e preparados para o aconselhamento dos beneficiários, nomeadamente de um número de técnicos de crédito cuja principal tarefa é a de visitar os beneficiários para supervisionar e avaliar os negócios, o seu progresso, estes fazem ainda avaliação de como estão a ser geridos os empréstimos. Adicionalmente, os técnicos de crédito prestam serviço de aconselhamento profissional, que se prolonga por toda a vigência do contrato de financiamento.

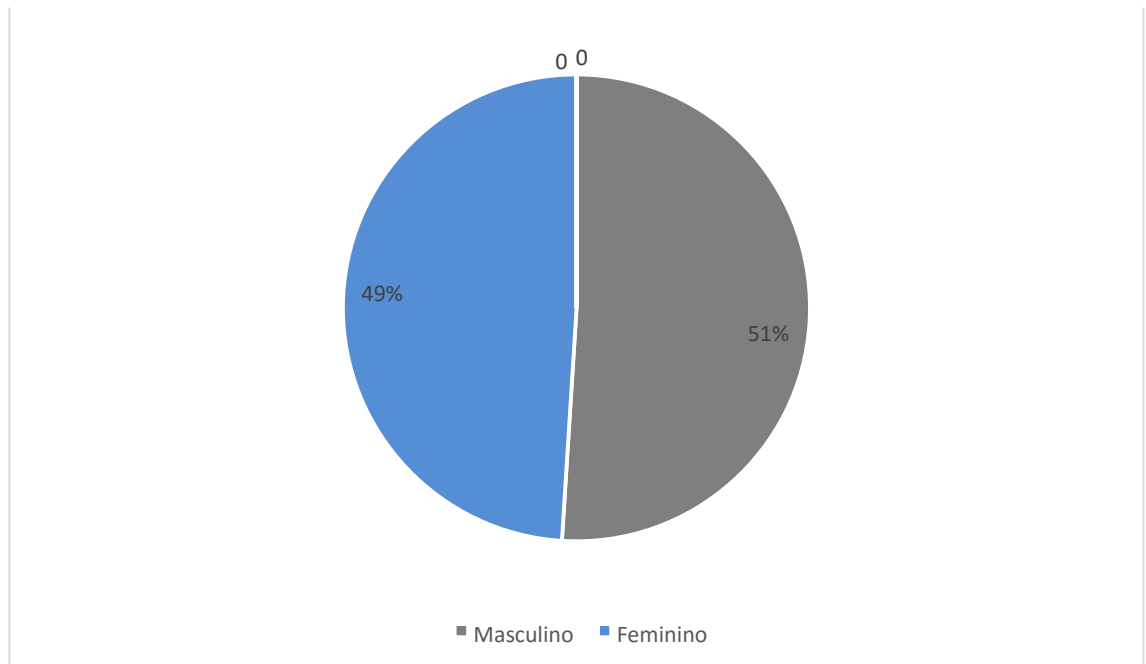
Os projetos de investimento financiados são na sua maioria *start up's*, o que faz com que o técnico acompanhe o microempreendedor em todas as etapas do projeto, respetivamente:

- Elaboração ou esclarecimento da ideia de negócio;
- Análise de viabilidade económica;
- Elaboração do plano de negócio; □ Concretização do negócio.

2.4.1 Perfil dos beneficiários

Esta secção apresenta o perfil dos beneficiários de microcrédito. Os dados extraídos da base de dados da ANDC, como se pode verificar através das figuras seguintes, apresentavam em 30 de Março de 2015, 587 contratos ativos. A análise desta base de dados permite verificar existir um equilíbrio entre géneros, com ligeira predominância do sexo masculino, representando este 51% dos beneficiários (Figura 3).

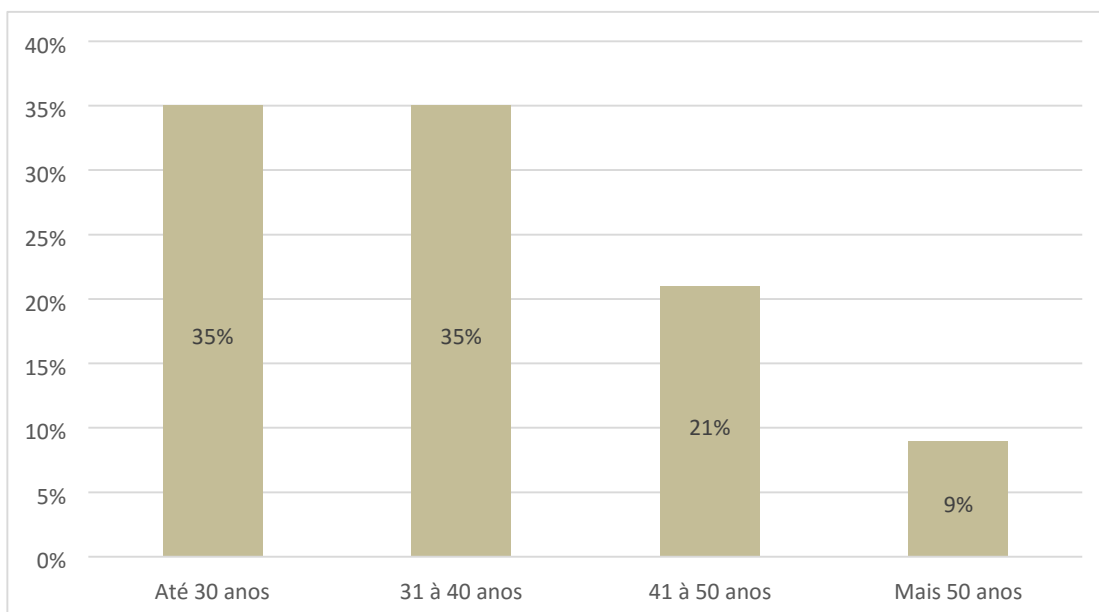
Figura 3: Distribuição por género.



Fonte: Adaptado ANDC (2014)

Os grupos etários até aos 30 anos e entre os 31 e os 40 anos têm peso semelhante representando 35% cada um, respetivamente. O grupo etário com menor representatividade é o de mais de 50 anos com 9%, conforme se pode verificar na figura 4.

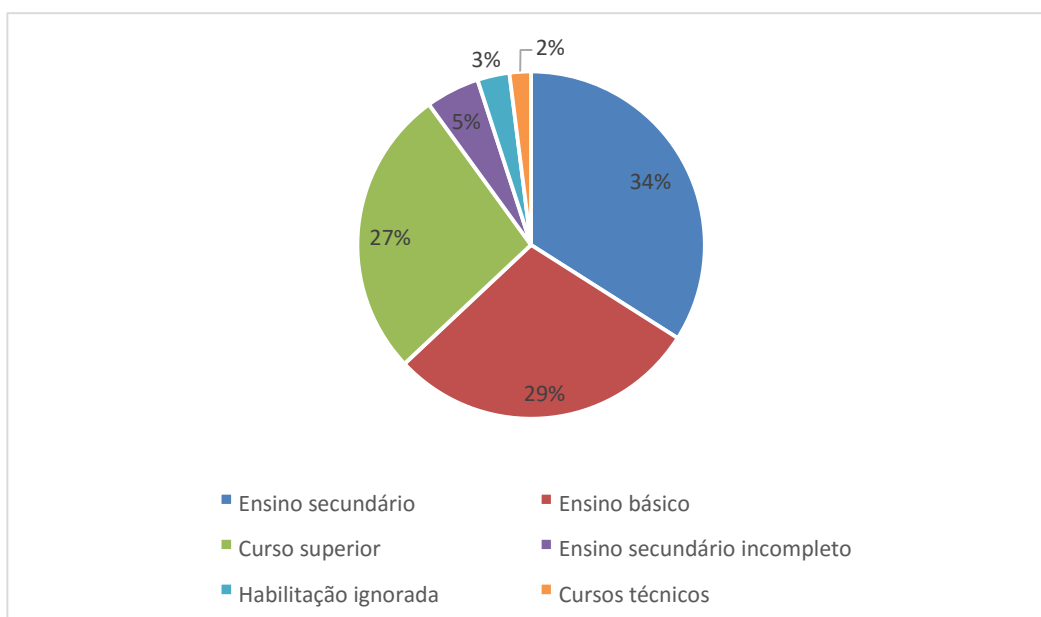
Figura 4: Distribuição por faixa etária dos projetos ativos.



Fonte: Adaptado ANDC (2014)

Nos últimos anos, os candidatos com ensino superior têm vindo a aumentar, mas os candidatos com o ensino secundário continuam a ser os mais representativos com 34%, já os candidatos com cursos técnicos são os menos representativos com 2% (Figura 5).

Figura 5: Habilitações literárias



Fonte: ANDC (2014).

2.4.2 Projetos creditados

Esta secção pretende apresentar os projetos creditados até ao ano de 2014. Os clientes chegam à ANDC através das associações empresariais, centro de emprego, *site* por indicação, comunicação social e associações com as camaras municipais.

A oferta base é constituída por crédito individual, complementada com formação e consultoria de negócio, colaboração na elaboração do plano de negócios e visitas ao local. O acompanhamento em situações de incumprimento é realizado com flexibilidade, criando planos para se ultrapassar estas situações de acordo com a realidade do microempreendedor e com a sua situação financeira.

Os dados recentes da ANDC apontam para um acumulado (1999 – 2014) de 12 636 201 euros em empréstimos, tendo beneficiado 1 926 clientes, sendo o ano de 2008, o que registou maior número de clientes (2 092), mas foi no ano de 2003 registado a maior percentagem de candidaturas aceites (71,31%).

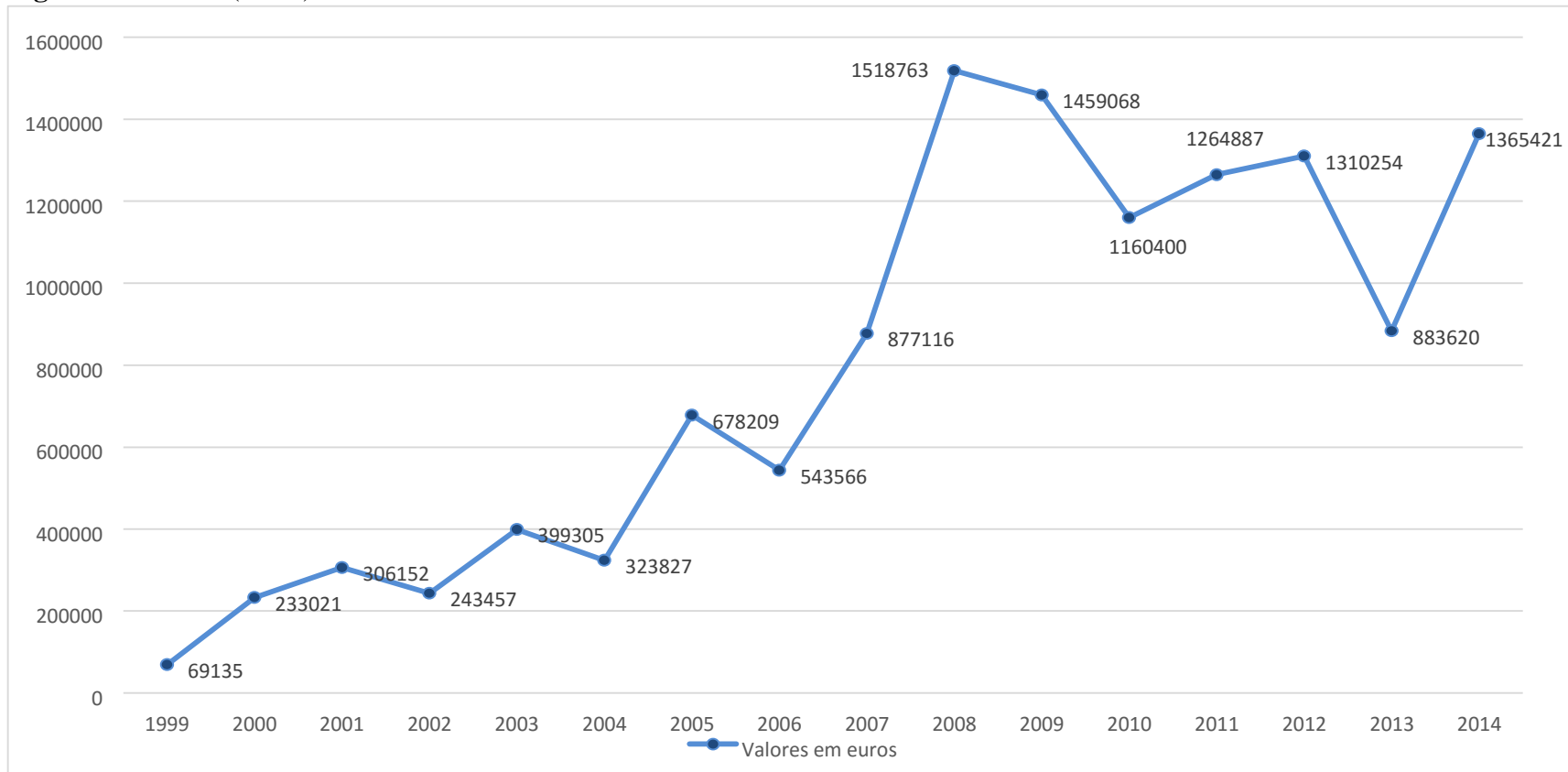
Na figura 7, apresenta-se a previsão da amortização dos créditos concedidos efetuada pela ANDC até ao primeiro semestre de 2014. Neste indicador o ano de 2011 aparece como o ano onde verificou-se maior número de empréstimos amortizados (193). Em 2014 já tinham sido amortizados 55 empréstimos, perfazendo um total de 1 093 no acumulado (de 2002 a 2014).

Tabela 6: Dados dos beneficiários (ANDC).

Anos	Nº de beneficiários	Nº de Candidaturas	% de candidatura admitidas
1999	19	56	33,92
2000	65	254	25,59
2001	66	181	36,46
2002	55	166	33,13
2003	92	129	71,31
2004	68	499	13,62
2005	148	834	17,74
2006	121	1 043	11,60
2007	146	1 791	8,15
2008	223	2 092	10,65
2009	192	1 882	10,20
2010	135	1 250	10,80
2011	156	1 166	13,37
2012	170	1 420	11,97
2013	115	1 688	6,81
2014	155	1 205	13,00
Total	1 926		

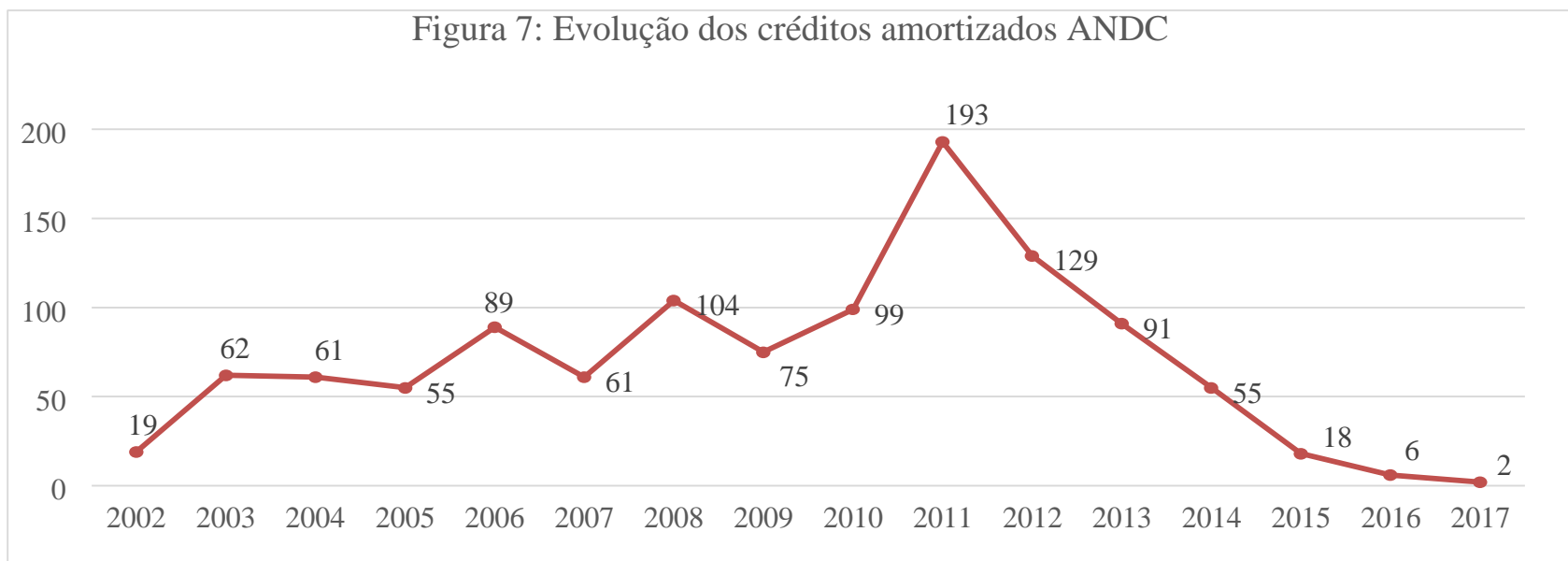
Fonte: Elaboração própria, dados da ANDC (2014).

Figura 6: Valores (euros) concedidos entre os anos 1999 à 2014.



Fonte: Adaptado ANDC (2014).

Figura 7: Evolução dos créditos amortizados ANDC



Fonte: ANDC (2014)

Os resultados dos últimos dois anos demonstram a importância do microcrédito na criação de emprego e no combate à exclusão social. Nos anos 2013 e 2014 foram criados 343 novos postos de trabalho para um total de crédito de 2 512 154,00 euros. No ano 2014 foram beneficiados 170 projetos no valor de 1 628 534, destes 15 – 263 113 euros correspondem a Microinvest, uma vez que neste ano a ANDC começou também a trabalhar com esse produto inserido no PNM (Tabela 7).

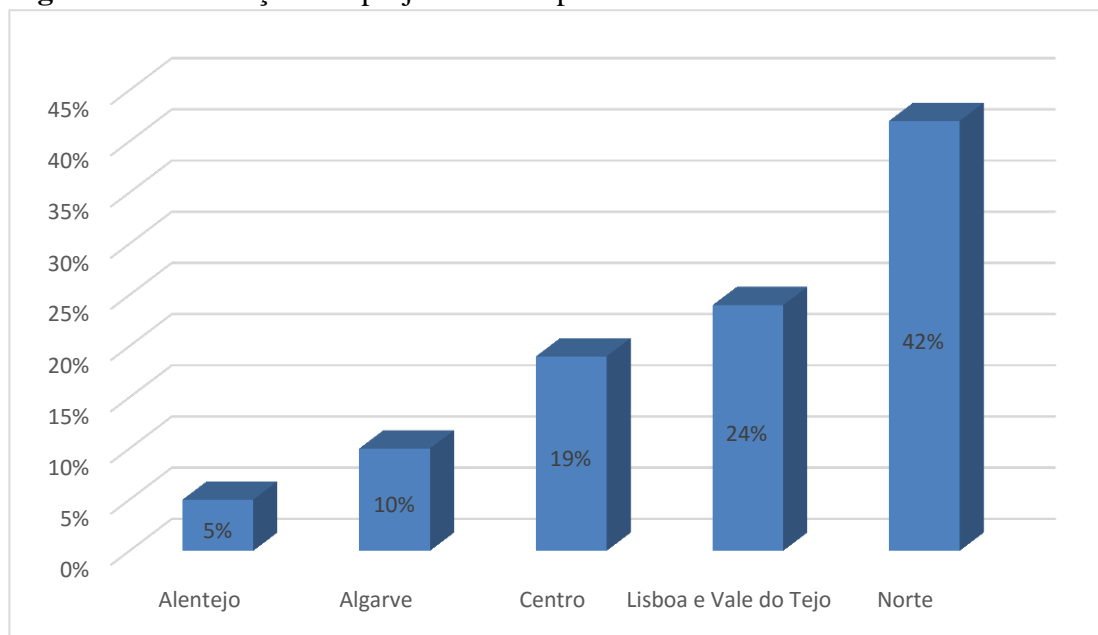
Tabela 7: Dados dos últimos dois anos (2013 e 2014)

Ano	Postos de trabalho criados	Beneficiários	Montante financiado (Euros)
2013	131	115	883 620
2014	212	170	1 628 534
Total	343	285	2 512 154

Fonte: Elaboração própria, dados ANDC (2014).

Dos projetos ativos 98% dos beneficiários são de nacionalidade portuguesa, na sua maioria desempregados (63%) provenientes de centros de emprego, dependentes de apoios sociais (pensões, reforma, subsidio de desemprego, outros), distribuídos pelas regiões do NUT II, com a região do Norte com a maior percentagem de beneficiários (42%) e a região do Alentejo é a menos representada com 5% (Figura 8).

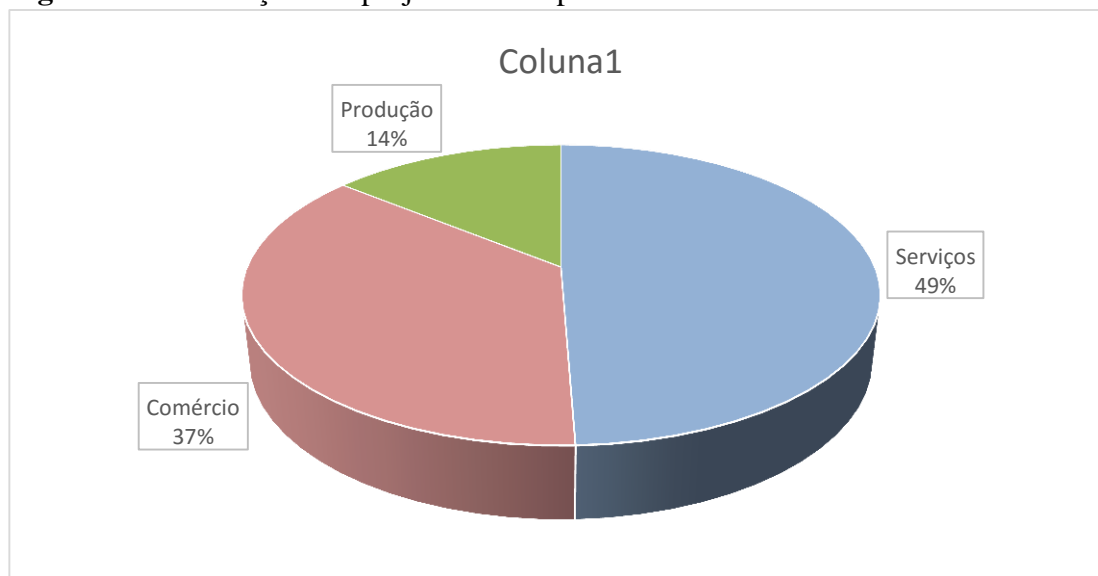
Figura 8: Distribuição dos projetos ativos por NUT II



Fonte: Adaptado ANDC (2014).

A maioria dos microempreendedores tem negócios na área dos serviços e comércio (49,40% e 37% respetivamente). Apenas 14,14% dos microempreendedores atuam na área industrial.

Figura 9: Distribuição dos projetos ativos por CAE Rev.3.



Fonte: Elaboração própria, dados ANDC (2014).

2.4.3 Análise de dados de ex- beneficiários da ANDC

Para complementar à entrevista, foram recolhidos dados secundários que permitiram caracterizar os microempresários (uma vez que não foi autorizada a recolha de dados primários junto deste público, pelo facto da ANDC ter recolhido recentemente dados desta dimensão do estudo).

A ANDC (2014) realizou um estudo aos ex- beneficiários no período de 1998 à 2013, com uma amostra de 595 inquiridos para uma população de 1 195. Dos 595 inquiridos 396 (67%) já não continuam com o negócio e 199 (33%) continuavam com os negócios ativos.

2.4.3.1 Negócios encerrados

Os dados dos inquiridos mostram que os beneficiários conseguem saldar o empréstimo, em média, no período de cinco anos. Dos 396 cujos negócios estão fechados, 91% encerrou o negócio formalmente nas finanças sem esperança da sua reativação no futuro. Estes micronegócios tiveram uma duração média de três anos e meio.

Como este tipo de empréstimo é principalmente dirigido aos desempregados, à data de candidatura, estes representavam 79% da situação profissional dos candidatos. O motivo para a abertura do negócio, as respostas que aparecem com mais frequência são a sua experiência profissional anterior e a descoberta de uma oportunidade.

Os inquiridos apresentam como motivo para o encerramento do negócio as vendas insuficientes ou a falta de clientes. São ainda apontadas outras causas, tais como, as despesas excessivas, a situação económica do país, os atrasos de pagamentos pelos clientes ou fornecedores, a oportunidade de trabalho por conta de outrem, as questões burocráticas, como a licença da atividade e ainda motivos pessoais.

Os dados recolhidos mostram que 23,7% dos ex- beneficiários cujo negócio fechou, gostariam de voltar a pedir o empréstimo mas que atuariam em outro ramo ou atividade, com instalações mais simples e mais baratas, em outra localização e sem grandes riscos. O receio de nova candidatura está geralmente associado à má experiência com o microcrédito.

Depois da experiência com o microcrédito, a situação profissional dos ex- beneficiários passou a ser na sua maioria a de empregado com cerca de 41,9% dos negócios encerrados. Apesar do microcrédito ter vida curta, potencia as competências profissionais dos microempreendedores.

Os ex- beneficiários (43%) dependem essencialmente do rendimento do seu trabalho e um número relativamente pequeno depende de pensões ou reformas, bolsas de estudo e subsídio de desemprego, representando estes 29% dos ex- beneficiários.

2.4.3.2 Negócios ativos de ex- beneficiários

No que respeita aos negócios ainda ativos, dos 595 inquiridos, 199 (33%) continuam com os negócios ativos. De entre esses negócios 103 (51,8%) tem um tempo de vida de 6 a 12 anos, 50 (25,1%) estão no intervalo de 0 a 6 anos de existência. Dos inquiridos com negócios ativos, 52% considera ter registado uma evolução positiva no seu negócio, 37% considera o negócio estagnado, ou seja, não vai nem bem, nem mal, 63% têm certeza que vão continuar com o negócio, 27% apresentam algumas reservas e 10% provavelmente não continuarão abertos com certeza. As principais razões apontadas para a continuação do negócio são: perseverança, persistência, determinação, motivação, força de vontade, muito trabalho, características estas inerentes também ao perfil do empreendedor.

Tal como os ex- beneficiários cujo negócio encerrou, estes também enfrentam problemas decorrentes da situação económica, aumento da carga fiscal que dificulta o poder de compra, falta de financiamento para expansão dos negócios. Apesar da situação, 150 (75%) garantem que se aparecer uma proposta de trabalho por conta de outrem não abandonariam o negócio se o rendimento fosse o mesmo.

2.4.3.3 Impacto do microcrédito para os ex- beneficiários

No que concerne ao impacto do microcrédito para os microempreendedores, dos 595 inquiridos pela ANDC, 80% considerou que o microcrédito contribuiu muito ou pelo menos um pouco, para que a sua vida melhorasse, sendo 72% dos 396 com o negócio encerrado e 93% dos

199 com os negócios ativos. Entende-se que esta melhoria se deveu na sua maioria à realização pessoal e autonomia e não propriamente ao aumento do rendimento familiar.

De acordo com os dados apresentados, a disponibilização do crédito tem pouca conotação com a melhoria das habilitações literárias e/ ou qualificações profissionais e com a vida estável e menos precária dos ex-microempreendedores. Este último aspeto parece estar mais associado ao trabalho por conta de outrém.

2.5 Validação das proposições e discussão dos resultados

Esta secção pretende analisar criticamente os resultados e discuti-los à luz das proposições enunciadas e plasmar a revisão de literatura. A tabela 8, sistematiza a relação entre as proposições, sua validação e bibliografia que argumenta do ponto de vista teórico os resultados obtidos.

Tabela 8 - Validação das proposições e ligação com a revisão de literatura.

Proposição	Validação	Bibliografia
P1: O acesso ao microcrédito influencia positivamente o acesso dos beneficiários a recursos financeiros que alavancam a atividade microempresarial.	Aceite	- Lacalle et al. (2010); - Silveira Filho (2005); - Sposto et al. (2011).
P2: O acesso ao microcrédito influencia positivamente os padrões socioeconómicos dos beneficiários.	Rejeitada	- Cavalcante (2002); - Yunus e Jolis (2005).

P3: O acesso ao microcrédito influencia indiretamente o desenvolvimento local através da criação de emprego e rendimento.	Aceite parcialmente	- Neri (2008); - Moura et al. (2009).
--	---------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

Aceita-se a P1 (O acesso ao microcrédito influencia positivamente o acesso dos beneficiários a recursos financeiros que alavancam a atividade microempresarial) pois verifica-se pela análise de dados que a ANDC oferece aos seus clientes dois produtos: microcrédito, que é objeto de análise neste trabalho e Microinvest. Os beneficiários de microcrédito são acompanhados em todas as fases dos projetos. A ANDC tem os seus serviços focados nos beneficiários, os técnicos de crédito avaliam cuidadosamente a capacidade de cada cliente em reembolsar o empréstimo. O contato permanente entre os técnicos e os beneficiários é essencial no relacionamento e comunicação entre a ANDC e os clientes.

Os ex- beneficiários consideram que a disponibilização do crédito é uma oportunidade criação e/ ou expansão dos pequenos negócios. A concessão dos empréstimos permite aos beneficiários sentido de responsabilidade, independência e aumento da confiança, aspetos importantes que os torna capazes de lidar com desafios futuros.

A afirmação de Ragnar Nurse citado por Lacalle *et al.* (2010), de que a injeção de capital externo pode reduzir a pobreza ao longo do tempo, aplica-se neste caso, pois a ideia subjacente é a de que a maior alavancagem alcançada pelo empréstimo a pequenos negócios pode aumentar o fluxo de beneficiários, conseguindo assim um maior consumo de bens.

Rejeita-se a P2 (O acesso ao microcrédito influencia positivamente os padrões socioeconómicos dos beneficiários) pois mesmo com os ex-microempreendedores considerando que o microcrédito contribuisse muito ou pelo menos um pouco para que a sua vida melhorasse, a percentagem de micronegócios encerrados, as reservas demonstradas relativamente a um novo pedido de empréstimo, como descrito acima, o contexto económico do país e a falta de financiamento, fazem acreditar que a disponibilização do microcrédito por si só não garante melhorias dos padrões socioeconómicos dos beneficiários.

A ANDC por ser um intermediário financeiro e sem independência financeira, atua com limitações, dependendo dos seus parceiros (Instituições Financeiras) na aprovação ou não dos projetos para que o seu trabalho se realize.

Através da entrevista direta foi possível entender as principais limitações da ANDC, a sua dependência de terceiros, a falta de espaço experimental para os pequenos negócios e que os beneficiários perdem o apoio social do Estado logo que o empréstimo é disponibilizado e são obrigados a cumprir com os encargos fiscais, tal como qualquer outro com o negócio já estabelecido.

Cavalcante (2002) destaca a importância do papel das instituições de microcrédito e Yunus e Jolis (2005) afirmam que o microcrédito possibilita o desenvolvimento económico e social a população de mais carenciada, o que não se verificou.

Aceita-se parcialmente a P3 (O acesso ao microcrédito influencia indiretamente o desenvolvimento local através da criação de emprego e rendimento) pois a análise aos dados dos ex- beneficiários permite perceber que depois da experiência com o microcrédito, a situação profissional que antes do empréstimo que era maioritariamente de desempregados passa a ser de empregados.

As definições de Neri (2008) e Sem (1988 citado por Moura *et al.*, 2009) permitem a aceitação parcial da proposição, dizem que a disponibilização permite a criação de trabalho e rendimento, potencializando os beneficiários com conhecimentos, situação esta reconhecida pelos beneficiários, quanto a criação de rendimento, eles não reconhecem o impacto do microcrédito nos seus rendimentos.

A avaliação do impacto do microcrédito carecia de dados mais concretos como, impacto sobre os ativos, poupança, venda e gastos. É importante saber a utilização do empréstimo. A criação de emprego dependem do setor de atividade, localização, por isso, havia a necessidade de obter estudos relativos a períodos anteriores à abertura do negócio.

Conclusão

Na fase de arranque de uma atividade empresarial, o fornecimento de capital para investimento inicial é de extrema importância para qualquer empreendedor. Isto é ainda mais significativo quando se tratam de pessoas com dificuldade ou sem acesso ao crédito tradicional.

O microcrédito consiste no empréstimo de pequenas quantias a pessoas de baixo rendimento, sendo uma modalidade de empréstimos que crescem à medida que aumentam as atividades empreendedoras de pequeno porte. Estando, assim associado ao empreendedorismo por necessidade, situação em que as pessoas de baixos rendimentos criam pequenos negócios movidos pelas dificuldades de emprego por conta de outrem. Os resultados sugerem que em Portugal neste caso o empreendedorismo por necessidade é muito frequente.

A dificuldade na concessão de crédito a pessoas de baixo rendimento está normalmente associada ao fato de que muitas não possuem histórico de crédito que possa ser avaliado pelas instituições financeiras. A maneira encontrada para resolver este problema dá-se pela introdução de um técnico de crédito com o poder de acompanhar todo o processo de crédito por meio de visitas aos beneficiários. Este padrão é consensual com o verificado na revisão de literatura, pois para diminuir os riscos de concessão do microcrédito, as instituições de microcrédito a nível internacional, baseadas na experiência do GB utilizam a figura do técnico de microcrédito, que tem a missão de visitar os clientes, analisar a atividade, recolher informações e avaliar sobre as condições de concessão do empréstimo.

O objetivo principal deste estudo foi perceber como a disponibilização do microcrédito alavanca as atividades dos microempreendedores. Para alcançar tal objetivo, foram formuladas proposições que permitiram determinar um conjunto de conclusões.

O papel desempenhado pela ANDC em promover o autoemprego e a criação de pequenos negócios é reconhecido, contribuindo assim para o crescimento económico, apoiando a inclusão social. Para este fim, as políticas públicas dirigidas à promoção e melhoria do setor devem ser consideradas como indispensáveis.

Há muitos desafios enfrentados pela ANDC no cumprimento dos seus objetivos, um importante desafio está em tornar-se financeiramente independente para as suas operações de empréstimos. Em termos práticos, a implementação do projeto depende da aprovação das instituições financeiras suas parceiras, o que justifica a demora no tempo de conceção dos empréstimos.

Os resultados mostram que o microcrédito é atribuído a homens e mulheres com idades, maioritariamente compreendidas entre os 30 e 50 anos. Sendo as áreas de atividade principais os serviços e o comércio e sendo os desempregados o principal grupo-alvo. A criação do negócio através do microcrédito continua a ser associada ao empreendedorismo por necessidade e não se revela como uma opção integrada no projeto de vida dos beneficiários, o que pode ter como consequência o abandono do mesmo logo que surja uma oportunidade de trabalho por conta de outrem.

Os objetivos do empréstimo são essencialmente para abertura do micronegócios e/ ou a expansão dos já existentes. Por se tratar na sua maioria de *start up*'s, faz com que o técnico de crédito acompanhe todas as fases dos projetos.

A importância do microcrédito enquanto instrumento para a inserção de pessoas no mercado de trabalho, não contempla apenas a criação do próprio negócio e ou a expansão de negócios existentes, mas também, se reflete na aquisição de competências úteis para situações futuras, nomeadamente para inserção no mercado de trabalho por conta de outrem. Este aspeto pareceu-nos relevante e apenas observável em estudos longitudinais onde se medem mais do que os impactos diretos em termos de número de empresas criadas.

Limitações

Quando se iniciou este estudo pretendia-se analisar o impacto do microcrédito numa perspetiva mais ampla que incluía o rendimento dos microempreendedores, porém essa recolha de dados não foi possível pois simplesmente as instituições promotoras de microcrédito não o permitem, foram feitas tentativas em pelo menos em três instituições. A limitação em termos de recolha de dados primários junto dos beneficiários invalidou a aplicação de outras técnicas de análise de dados.

Recomendações

Como recomendações para estudos futuros, fica o fato de não poder trabalhar com os beneficiários o que permitiria a obtenção de dados como as vendas e os custos para o cálculo do lucro líquido. A obtenção destes dados permitirá diferentes abordagens para investigação – estratégias quantitativas e qualitativas devem ser combinadas a fim de obter maior compreensão. Como pistas para investigação futura fica a possibilidade de desenvolver e aplicar

instrumentos de recolha de dados que meçam de forma mais adequada e ampla o impacto do microcrédito no perfil dos seus beneficiários.

Bibliografia

- Ahmed, M. (2009). *Microcrédito como instrumento de inclusão económica e social*. Acedido em 21 de Outubro de 2014 em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000043001000044000/000043152.Pdf>.
- Amaiz, C. (2010). “*O setor de microfinanças na Argentina: Balanço, Estado atual e Perspetivas*”. Diploma em Desenvolvimento Local e Economia Local, FLACSO.
- Afonso, J. (2011). *Microcrédito em Portugal*. Open Access Internacional Journals Publisher.
- ANDC (2014). *Projeto Micro-negócios: avaliar, divulgar e partilhar*. Acedido em 22 de Novembro de 2014 em: www.microcredito.com.pt.
- Baron, R. e Shane, S. (2007). *Empreendedorismo: uma visão do processo*. São Paulo: Thomson Learning.
- Bernadi, L. (2003). *Manual de Empreendedorismo e Gestão*. São Paulo: Atlas.
- Cavalcante, A. (2002). *Programa de microcrédito no nível local: uma alternativa de política pública para ampliar as oportunidades de negócio dos micro e pequenos empreendedores formais e informais*. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Escola da Administração de Empresas para obtenção do grau de mestre, orientado por Marta Farah, São Paulo.
- Chirino, J. e Zabaleta J, (2012). “*Micro-poupanças, a riqueza dos pobres*”. Atlantis Journal of Economics, vol. 1. Acedido em 31 de Outubro de 2014 em: http://www.unagaliciamoderna.com/eawp/coldata/upload/v1_12_microahorro_publica_r.pdf.
- Comissão das Comunidades Europeias (2007). “A European Initiative for the Development of Microcredit in Support of Growth and Employment”. Brussels: COM
- Dantas, J. (2014). *A importância do microcrédito produtivo orientado para os microempreendedores informais: um estudo de campo na cidade de Patos*. Monografia

apresentada ao Departamento de Administração da Universidade Estadual da Paraíba para obtenção do grau de bacharel, orientada por Eunice Ferreira, Patos.

Acedido em 21 de Outubro de 2014 em:
[http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/5326/1/PDF%20http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/5326/1/PDF%20Josiv%20Oliveira%20Dantas.pdf](http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/5326/1/PDF%20http://d%20space.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/5326/1/PDF%20Josiv%20Oliveira%20Dantas.pdf) -
[Josiv%20Oliveira%20Dantas.pdf](http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/5326/1/PDF%20Josiv%20Oliveira%20Dantas.pdf)

Decreto-Lei n.º 12/2010 de 19 de Fevereiro de 2010. Acedido em 06 de Fevereiro de 2015 em:
http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/legislacao/docs-legislacao/decreto-lei-n-122010/downloadFile/file/Lei_n._12.2010.pdf?nocache=1277478157.32 – Decreto-lei n.º 12/2010.

Dolabela, F. (2012). *O segredo de Luísa*. Rio de Janeiro: Sextante.

Empreendedorismo 2020 – Parecer do Comité das Regiões- Plano de Ação “Empreendedorismo 2020”. Acedido em 03 de Fevereiro de 2015 em: http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/2013_C356_12.pdf.

European Union (2012). Job creation – progress microfinance proves success as tool for micro-entrepreneur start-ups. Acedido em 15 de Outubro de 2014 em: <http://search.proquest.com/docview/1026542161?accountid=43826>.

Evers, J. Lahn, S. e Jung, M. (2007). “*Status of Microfinance in Western Europe – an Academic Review*”, Issue Paper, Paris: EMN.

GEM (2009) – Global Entrepreneurship Monitor (GEM). Empreendedorismo no Brasil. Curitiba: IBQP. Acedido em 15 de Dezembro de 2014 em: <http://www.comicro.org.br/imgs/estudos/10-Pesquisa%20GEM.pdf>.

Gutierrez Nieto, B. (2000). “*Indicadores aparentes a subjacentes das instituições de microcrédito da dependência do subsídio*”. Projeto de pesquisa do Governo de Aragão 7/2000 n.º UZ00-SOC-03, Universidade de Zaragoza.

Helms, B. (2006). *Access for all: building inclusive financial systems*. Washington: Consultative Group to Assist the Poor. The Worldbank.

- Lacalle, M. Rico, S. Marquez, J. Jayo, B. Durán, J. Jiménez, I. et al. (2010). "Glosario Básico sobre Microfinanzas", redición ampliada, Fórum Nantik Lum de Microfinanzas, Universidad Pontificia Comillas e Universidad Autónoma de Madrid, Cuaderno Monográfico. N ° 12.
- Moura, M., Bueno, R., Rocha, H., Muritiba, P. e Muritiba, S. (2009). *Uma análise dos fatores que afetam o comportamento ético dos agentes de microcrédito*. Acedido em 03 de Dezembro de 2014 em <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=9056f756-a481-4f5b-94da-3f9ed891ba03%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4209> em <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=9056f756-a481-4f5b-94da-3f9ed891ba03%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4209>
- Murdoch, J. (1999). *The Microfinance Promise*. Journal of Economic Literature, (v. 37, nº 4, pp. 1569-1614).
- Nickelsen, A. (2014). How com microfinance reduce poverty? Acedido em 13 de Janeiro de 2015 em <http://www.umb.no/noragric>.
- Neri, M. (2008). *Microcrédito: o mistério nordestino e o grameen brasileiro* (1ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.
- Noruega. Nobel da Paz 2006 atribuído a Muhammad Yunus e ao Grameen Bank. Acedido em 20 de Outubro de 2014 em www.noruega.org.pt .
- Padilla e Ulloa (2008), Gabinete sobre el estado de las microfinanzas a nível local e internacional y su relación com el FOMMUR.
- Perossa, M. e Marino, E. (2014). *Relationship Between the Ascent of Microcredit and Financial Poverty Alleviation in Latin Scene*. Global Business Maganize. (4ª ed.). EUA: Institute for Business & Finance Research.

Pires, A. (2009). *O microcrédito em economias desenvolvidas: estudo de caso em Portugal*.

Dissertação apresentada a Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho para obtenção do grau de mestre, orientado por Carlos Costa, Campus de Gualtar.

Acedido em 05 de Outubro de 2014 em http://www1.eeg.uminho.pt/economia/caac/pagina%20pessoal/Disciplinas/disciplinas%202009/ECON%20BANC/TESES/TESES/TESE_versao_24_Jul%20antonio%20pires.PDF.

Portaria nº 1315/2010 de 28 de Dezembro. Acedido em 06 de Fevereiro de 2015 em:

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/Port1315ano2010.pdf>.

Portaria nº 58/2011 de 28 de Janeiro. Acedido em 23 de Fevereiro de 2015 em:

https://juventude.gov.pt/Legislacao/Documents/Portaria_58_2011.pdf.

Relatório da ANDC do 1º semestre de 2014. Acedido 10 de Outubro de 2014 em:

www.microcredito.com.pt.

Relatório da Comissão Europeia (2007). “*A regulamentação do microcrédito na Europa*”.

Acedido em 15 de Novembro de 2014 em:

http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/itemshortdetail.cfm?&item_id=714.

Relatório da Comissão Europeia (2003). “*O microcrédito para os pequenos negócios e criação de empresas: colmatar uma lacuna do mercado*”. Acedido em 15 de

Novembro de 2014 em:

http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/itemlongdetail.cfm?item_id=2051.

Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2010. Acedido em 06 de fevereiro de 2015 em:

http://www.cases.pt/0_content/programas/Resolucao_do_Conselho_de_Ministros_n_16_2010.pdf.

Ruppenthal, J. e Cimadon, J. (2012). *O processo empreendedor em empresas criadas por necessidades*. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Gest. Prod., São Carlos, (v. 19, nº 1, pp. 137-149).

- Santos, V. (2006). *O microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento socioeconómico*. Dissertação apresentada ao departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté para obtenção do grau de mestre, orientada por Valdevino Krom, Taubaté. Acedido em 19 de Outubro de 2014 em: http://www.ppga.com.br/mestrado/2006/santos-vilma_da_silva.pdf.
- Silva, C. (2012). *Processo de capacitação social: o caso do microcrédito*. VII Congresso Português de Sociologia. Junho de 2012. Universidade do Porto.
- Silveira Filho, J. (2005). *Microcrédito na região metropolitana de Recife: experiência empreendedora do CEAPE:UFPE*. Recife. Acedido em 15 de Outubro de 2014 em www.ceape-pe.org.br.
- Soares, M. e Melo Sobrinho, A. (2008). *Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito* (2ª ed.). Brasília. Acedido em 15 de Outubro de 2014 em www.bacen.gov.br.
- Sposto, A., Antão, R., Farias, T., Campanholo, T. e Fontes, G. (2011). *A utilização do microcrédito no desenvolvimento sustentável*. Acedido em 19 de Outubro de 2014 em <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/03-administracao.pdf>.
- Valoura, M. (2012). *Financiamentos concedidos na forma de microcrédito: fomento para o desenvolvimento do empreendedorismo*. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de mestre, orientada por Carla Marques, Vila Real. Acedido em 27 de Outubro de 2014 em: https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/3173/1/msc_mfevaloura.pdf.
- Vicenzi, S. e Bulgacov, S. (2012). *Motivational Factors Entrepreneurship and Strategic Decisions Small Business*. Acedido em 15 de Janeiro de 2015 em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n35p208>.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Yunus, M. (2001). *O Banqueiro dos pobres* (4ª ed.). São Paulo: Editora Ática.

Yunus, M. e Jolis, A. (2005). *O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. (8ª ed.). São Paulo: Ática.

Webgrafia:

www.cgd.pt (consultado em 27-05-2015) www.mixmarket.org. (consultado em 15-10-2014).

www.microcredito.com.pt (consultado em 06-10-2014) www.millenniumbcp.pt (consultado em 27-05-2015) www.montepio.pt (consultado em 27-05-2015) www.novobanco.pt (consultado em 27-05-2015)

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=223346238&DESTAQUESmodo=2 (consultado em 06-02-2015)

[http://www.todoscontam.pt/pt-](http://www.todoscontam.pt/pt-PT/Principal/CriarEmpresa/Financiamento/Paginas/Microcredito.aspx)

[PT/Principal/CriarEmpresa/Financiamento/Paginas/Microcredito.aspx](http://www.todoscontam.pt/pt-PT/Principal/CriarEmpresa/Financiamento/Paginas/Microcredito.aspx) (consultado em 07-10-2014).

Anexos

Anexo 1

Guião de entrevista

Questões

- 1- Há um enorme debate sobre a eficácia do microcrédito na redução da pobreza.
Qual a sua perspetiva?
- 2- A ANDC depende de doadores, é objetivo tornar-se financeiramente sustentável?
 - a) Se sim, porquê?
- 3- Para além do microcrédito que outros serviços a ANDC oferece e como desenvolve os seus trabalhos?
- 4- De que maneira o microcrédito tem afetado a vida dos seus beneficiários?
- 5- Quantas vezes um beneficiário pode recorrer ao microcrédito com a ANDC?
- 6- Como é que os candidatos tomam conhecimento da existência da ANDC?
- 7- Qual é o tempo médio desde a candidatura até concessão do empréstimo?
- 8- Como é feito o acompanhamento aos beneficiários?
- 9- Quais são as áreas de atividade dos beneficiários?
- 10- Pode identificar distribuição geográfica dos beneficiários (percentagem por distritos)?
- 11- Quais são os principais fatores da não sobrevivência dos negócios depois do reembolso do empréstimo?
- 12- Quais as taxas de juro aplicadas?
- 13- Como é feito o acompanhamento aos que têm dificuldades em pagar?
- 14- De quem parte a ideia do negócio?
- 15- Quais são as fontes de financiamento da ANDC?
- 16- Quais são as vossas parcerias e como funcionam?
- 17- Como é o vosso relacionamento com os beneficiários?
- 18- Quais os programas de expansão da ANDC?
- 19- Quais são os principais desafios que se colocam à ANDC?
- 20- Quais são os fatores de sucesso do programa?
- 21- Quais são as principais limitações do programa?

22- Indique qual o perfil dos beneficiários:

- a) Género
- b) Idade
- c) Habilitações literárias

23- Qual o tempo de médio de vida das microempresas?

24- Quais as razões (mais apontadas) para a criação da microempresa?

25- Onde é que (principalmente) o beneficiário aplica o capital investido?

26- A atividade microempresarial é a única fonte de rendimento do microempresário?

() Sim

() Não

a) Se não, qual é a outra (s)?

27- De que forma o microempreendedor utiliza/aplica o lucro?